



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

JUNHO 2008

Secretaria de
Comunicação
Social



SUMÁRIO

	página
■ Apresentação	3
■ Parte 1 – Brasil hoje	4
Retrato Social	5
Retrato Econômico	6
Democracia	7
Biocombustíveis e Alimentos	8
Política Externa	10
■ Parte 2 – Programas de 2007 e 2008 (resumos)	11
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	12
Agenda Social: objetivos e eixos	13
Bolsa Família – Agenda Social	14
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	15
Plano Nacional de Turismo – PNT	16
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	17
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	18
Programa de Aceleração do Crescimento – Funasa	19
Povos Indígenas – Agenda Social	20
Pessoas com Deficiência – Agenda social	21
Mais Cultura – Agenda Social	22
Criança e Adolescente – Agenda Social	23
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	24
Quilombolas – Agenda Social	25
Mais Saúde	26
Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica – Agenda Social	27
Territórios da Cidadania – Agenda Social	28
Reforma Tributária	30
Mulheres – Agenda Social	32
PAC Embrapa	33
Plano da Amazônia Sustentável – PAS	34
Política de Desenvolvimento Produtivo	35
■ Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	36
Indústria Naval	37
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	38
Inflação e Alimentos	39
Trabalhadores	40
Cesta Básica e Salário Mínimo 2003-2008	41
Relação Capital-Trabalho	42
Previdência e Terceira Idade	43
Comparativo Econômico 2003-2008	44
Exportações por Bloco Econômico	45
Crédito	46
Ambiente de Negócios	47
Combustíveis	48
Energia	49
Desmatamento e Aquecimento	50
Agricultura e Pecuária	51
Mudança no Campo	52
Integração Nacional	53
Relação com Municípios	54
Aqüicultura e Pesca	55
Habitação	56
Saneamento	57
Inclusão Digital	58
Esportes	59
■ Parte 4 – Estudos, pesquisas, artigos e anexos	60
Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma, 03jun08	61
Artigo Mais comida – e muito mais comensais, por Rubens Ricupero	67
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	71
Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	73
ODM – Relatório 2007 – Pnud	74

APRESENTAÇÃO

Esta edição traz as medidas do governo para evitar a alta dos preços dos alimentos e o discurso do Presidente da República na conferência da FAO¹, em Roma, dia 3 de junho.

A síntese do último balanço quadrimestral do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, registra os avanços em sua implementação.

Entre outros temas, são abordadas a retomada da indústria naval brasileira e a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

As informações divulgadas neste caderno – atualizadas mensalmente – são públicas, de livre acesso e reprodução. Críticas e sugestões sobre seu conteúdo são sempre bem-vindas e podem ser encaminhadas por correio eletrônico para destaques.secom@planalto.gov.br.

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

¹ FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia. Roma, Itália, 3 a 5 de junho de 2008.

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
1. Retrato Social	5
2. Retrato Econômico	6
3. Democracia	7
4. Biocombustíveis e Alimentos	8
5. Política Externa	10

"Conquistamos algo que não se mede em números, mas é decisivo para retomarmos o caminho do desenvolvimento: o País voltou a acreditar em si mesmo".

Presidente da República, no lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo, em 12mai08

"Sabemos que temos muito a fazer, mas sabemos também que estamos no rumo certo. Aprendemos que uma boa combinação de políticas econômicas e sociais forma a base da superação de nossa pobreza secular e de nossa desigualdade entre classes sociais e regiões. Temos a certeza de que podemos avançar mais na construção de um Brasil ainda mais justo, e também na construção de um mundo melhor.."

Presidente da República, na abertura do XX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, em 26mai08

RETRATO SOCIAL

Ações do governo beneficiam todas as camadas da sociedade

Redução da desigualdade

- Desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini caiu para 0,541 em 2006 (o menor desde 1981).
- Brasil pela primeira vez entre os países de alto IDH¹.
- País já ultrapassou a meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM²).
- 9,7 milhões de brasileiros saíram da miséria (2003-2006).
- 20 milhões migraram das classes D e E para a classe C (2002-2007).

Aumento da renda

- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri.³
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006.
- Reajuste real de 53% do salário mínimo (jan/03-mar/08).
- 88% dos acordos salariais superaram inflação em 2007 (Dieese).

Qualidade de vida

- Aumentou acesso a bens de consumo duráveis entre 2005 e 2006: mais domicílios com geladeira, máquina de lavar roupa e televisão.
- De 2005 a 2006, aumentaram domicílios atendidos por energia elétrica (de 97,2% para 97,7%) e telefonia (de 71,6% para 74,5%).
- Aumento do acesso a saneamento básico, água e coleta de lixo, de 2 a 3 pontos percentuais nos últimos quatro anos.

Educação

- 236 mil jovens no ProJovem (fev/08), 385 mil alunos no Prouni (abr/08) e 229 mil vagas/ano no Reuni (abr/08).
- 10 novas universidades federais, 2 consolidadas e 3 em tramitação; 48 extensões universitárias até 2006, 13 em 2007, 2 em 2008 e 25 consolidadas.
- 214 novas escolas técnicas (64 em 2003-2007, destas, 50 em funcionamento, e 150 na expansão 2007-2010, destas, 33 com licitações de obras concluídas, 22 licitações em andamento e 95 a serem iniciadas).

Programas sociais

- 11,1 milhões de famílias no Bolsa Família (mai/08).
- R\$ 1,2 bi transferidos pelo BPC⁴, beneficiando 2,8 milhões de idosos/pessoas com deficiência (mai/08).
- 7,9 milhões de pessoas no Luz Para Todos (abr/08).
- R\$ 8,4 bi contratados no Pronaf (ano agrícola 2006/2007).
- R\$ 403 mi no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2007.
- 448,9 mil famílias assentadas em 38 milhões de ha (2003-2007).
- Selo Combustível Social.
- Conta Caixa Fácil da CEF: maior programa de inclusão bancária do país, com 4,8 milhões de contas ativas e saldo de R\$ 210 mi em crédito.
- Banco Popular do Brasil: 7.890 pontos de atendimento para abertura de conta corrente simplificada por população de menor renda.

Participação social

- Mais de 3,4 milhões de pessoas em 130 conselhos e 48 conferências.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Objetivos do Milênio.

³ Fonte: jornal "O Estado de S. Paulo" (2mar/08). Estudo da consultoria MB Associados.

⁴ Benefício de Prestação Continuada.

RETRATO ECONÔMICO

País volta a crescer de forma sustentável, com distribuição de renda e aumento do emprego formal

PIB

- R\$ 2,6 tri (+5,4% frente 2006). Cresce há 24 trimestres consecutivos.
- PIB per capita: R\$ 13,5 mil (+4% frente 2006).

Emprego

- 11 milhões de ocupações criadas, 8,9 milhões formais (jan/03-abr/08).
- Recorde histórico em 2007: 1,6 milhão de novos postos formais celetistas.
- Melhor 1º quadrimestre (2008) da série histórica do Caged: 849 mil postos.
- Menor taxa anual média de desocupação da série histórica em 2007: 9,3%.

Consumo

- Consumo das famílias: R\$ 1,6 tri (+6,5% frente 2006). Cresce há 17 trimestres consecutivos.

Investimentos

- Investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo): R\$ 450 bi (+13,4% frente 2006 – maior taxa anual desde início da série histórica em 1996): 16 trimestres consecutivos de crescimento.
- Investimentos Estrangeiros Diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006 e país liderou o ranking de investimentos estrangeiros na América Latina) e US\$ 37,2 bi nos últimos 12 meses (abr/08 – recorde histórico).
- País obteve classificação de grau de investimento¹.
- Investimentos Brasileiros Diretos no Exterior: US\$ 7 bi em 2007 e US\$ 6,1 bi acumulados em 2008 (jan-abr/08).

Balança comercial²

- Exportações: US\$ 172,6 bi (+16,4%). Maior valor histórico.
- Importações: US\$ 140,7 bi (+39,9%). Recorde histórico.
- Saldo: US\$ 31,9 bi (-33,2%).

Reservas internacionais

- US\$ 198 bi (28mai/08). Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Superávit primário

- 6,82% do PIB acumulado em 2008 (jan-abr/08).

Produção industrial

- Abr/08: crescimento de 10,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produção e venda de veículos

- Recordes históricos na produção (3 milhões) e nas vendas (2,5 milhões) em 2007.
- Melhor 1º quadrimestre (2008) em vendas: 867 mil unidades.

Comércio varejista

- Mar/08: crescimento de 11,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Agricultura

- 133,1 milhões de toneladas de grãos em 2007 (IBGE). Recorde histórico.

Crédito

- Atingiu, em abr/08, R\$ 1 tri, equivalente a 36,1% do PIB (ver pág. 46).

¹ Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

² Acumulado nos últimos 12 meses (mai/08). Entre parêntesis, variação em relação a mesmo período do ano anterior.

DEMOCRACIA

Governo consolida canais de participação da sociedade, disponibiliza informações e fortalece órgãos de fiscalização

Transparência e controle

- Portal da Transparência Pública: mais de 635 milhões de registros sobre gastos públicos do Governo Federal, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,3 trilhões; 150 páginas de transparência em órgãos federais. Acesse: <http://www.portaltransparencia.gov.br>
- CGU mobilizou mais de 19,8 mil cidadãos em 794 municípios; distribuiu mais de 1,3 milhão de cartilhas; sensibilizou mais de 116 mil estudantes sobre importância do exercício da cidadania e do controle social. Consulte a cartilha: http://www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf
- Controladoria Geral da União (CGU) já fiscalizou R\$ 15,1 bi de recursos em 1.341 municípios sorteados em 24 estados e 69 temas¹ (até dez/07).
- Instaurados mais de 26 mil processos administrativos disciplinares, acarretando 1.711 punições: 1.485 demissões, 127 destituições de cargos em comissão e 99 cassações de aposentadorias (2003 a abr/08).

Ampliação de mecanismos de fiscalização e controle (exemplos)

- Polícia Federal: combate ao crime organizado e desmantelamento de quadrilhas de tráfico, contrabando, corrupção e crime ambiental.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - com PF: repressão a crimes contra meio ambiente.
- Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI): combate à lavagem de dinheiro em cooperação internacional.
- Receita Federal do Brasil (RFB): unifica arrecadação da Fazenda e da Previdência e reduz sonegação.
- Aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal (dec. 6.370/2008).
- Dec. 6.428/2008 (14abr/08): regras mais rígidas para repasses financeiros a órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (ONG's).

Valorização e inovação administrativa

- Criação e fortalecimento das Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, todas com status de ministério, em 2003.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).
- Criação da Secretaria de Relações Institucionais (2005): mais diálogo com Parlamento e entes federados.

Participação social

- Criação, recriação e consolidação de Conselhos Nacionais que promovem diálogo do poder público com a sociedade (ver pág. 71).
- 468 conferências em âmbito nacional, estadual e municipal, contaram com participação de mais de 3,4 milhões de pessoas para aprimorar políticas públicas.
- Pluralidade social na agenda do Presidente.

¹ Exemplos: saúde, educação e segurança.

BIOCOMBUSTÍVEIS E ALIMENTOS

Interesses econômicos tentam transformar biocombustíveis em vilões da inflação mundial e do aumento do preço dos alimentos

Matriz energética

- Cana-de-açúcar supera, em 2007, a produção de energia por hidrelétricas¹.
- Derivados da cana responderam em 2007 por 16% da matriz nacional ante 14,5%, em 2006. A hidreletricidade ficou com 14,7% em 2007, ante 14,8%, em 2006.
- As energias obtidas por fontes renováveis responderam por 70% do total de 13,5 milhões de toneladas de aumento nas fontes produtoras de energia em 2007.
- Participação das energias renováveis do país subiu de 44,9%, em 2006, para 46,4%, em 2007.

Críticas sobre os biocombustíveis

- Biocombustíveis ocuparão área destinada à plantação de alimentos.
- “A disparada dos preços (dos alimentos) é estrutural, não conjuntural”².

Posição do Governo

- Aumento do preço dos alimentos resulta de combinação de fatores: alta do preço do petróleo; queda nas safras de vários países; mudanças cambiais; especulação nos mercados financeiros e aumento do consumo de alimentos.
- Crise mundial de alimentos é uma crise de oportunidades e de distribuição. É ataque especulativo. Falta de confiança no dólar levou fundos de investimento a buscar lucros mais altos nas *commodities*.
- Problema da fome é acesso a alimentos. Solução é aumentar produção e produtividade de grãos e demais alimentos. Brasil tem batido recordes de produção de grãos (previsão para 2008: 140 milhões de ton).
- Protecionismo e subsídios agrícolas dos países desenvolvidos tiram competitividade de países pobres.
- Disparada de preço do barril de petróleo impacta custo de alimento, devido a frete, insumos e fertilizantes.
- Biocombustíveis são instrumento de transformação econômica e social em países mais pobres. Geram renda e emprego, sobretudo no campo.
- Produzem energia limpa e renovável.
- Produção brasileira de etanol é à base de cana-de-açúcar. Seqüestra carbono no plantio e emite menos no motor dos automóveis. Ocupa 1% da área do Brasil e 3% da agricultável, não reduz área de produção de alimentos, nem a utiliza.
- Expansão é compatível com meio ambiente e produção de alimentos.
 - Fome diminuiu no período em que cresceu uso dos biocombustíveis.
 - Desde 1995, produção de alimentos triplicou e área plantada aumentou só 19%.
- Reduz importação de petróleo, com efetivos ganhos na balança comercial.
- Nos EUA, etanol é produzido à base de milho: alimento humano e animal.

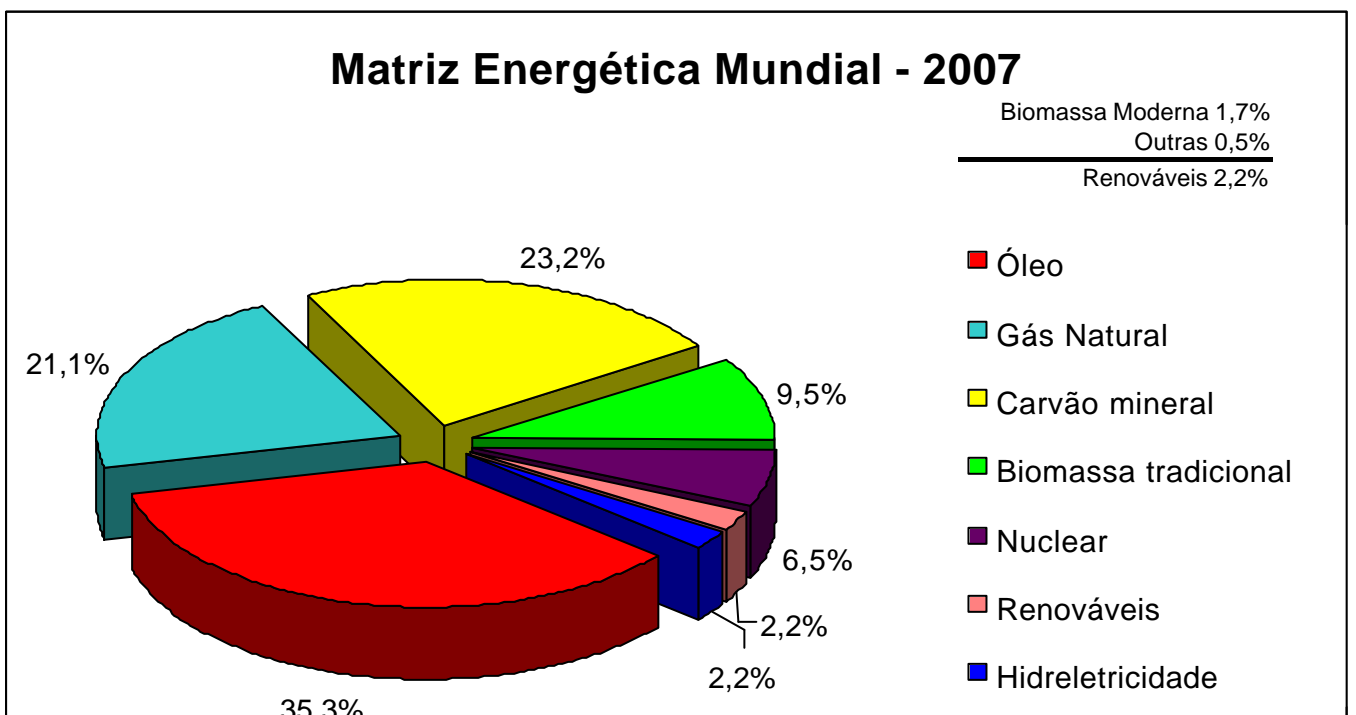
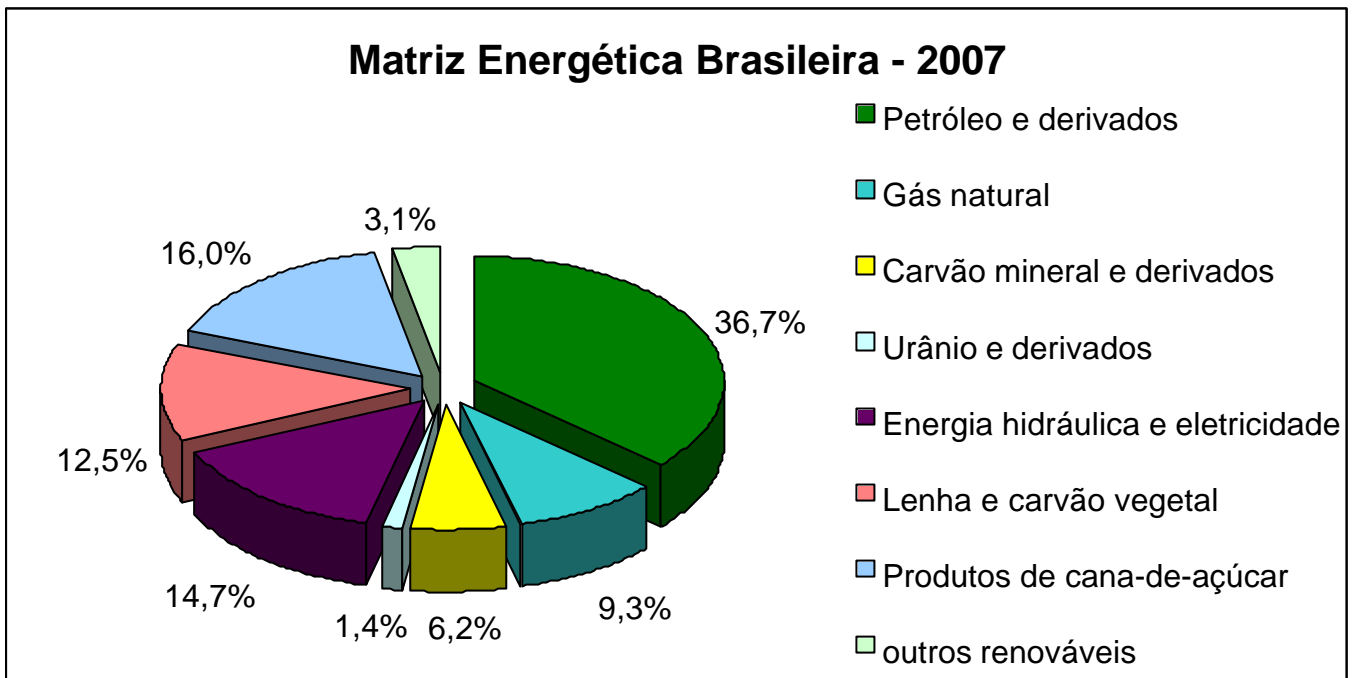
Perspectivas

- “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis” (nov/08), em São Paulo.
- Selo Combustível Social: pressupõe compra de produção da agricultura familiar.
- Zoneamento agroecológico da cana: previsto para 2ºsem/08.
- Conselho da União Européia discute utilização de 10% de etanol até 2020.

¹ Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

² Jean Ziegler, relator da ONU pelo Direito à Alimentação.

BIOCOMBUSTÍVEIS E ALIMENTOS



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Pronunciamentos do Presidente da República sobre o tema em 16abr/08 e 3jun/08

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/pr625-2@.doc>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamentofao.doc>

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses e amplia influência na política global

Relações multilaterais

- Rodada Doha (OMC): com G-20, Brasil se torna interlocutor indispensável ao atuar na defesa dos países em desenvolvimento, pela redução do protecionismo, contra distorções do comércio agrícola.
- Mudanças climáticas: países pobres são principais vítimas do aquecimento global causado mais pelos países ricos: responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- Aquecimento global exige redução do desmatamento e diversificação da matriz energética. Uso de biocombustíveis é alternativa para dependência de fontes não-renováveis (caras e concentradas em poucas mãos). Etanol deve ser *commodity*.
- ONU: participação ativa do Brasil no processo de reforma, a favor de maior representatividade. Participação em operações de paz, levando em conta necessidades de desenvolvimento sustentável (exemplo: Haiti).

América do Sul , Mercosul e Unasul¹

- América do Sul é prioridade: construção de espaço econômico interligado e socialmente solidário.
- Mercosul: principal eixo da estratégia de inserção regional. Comércio do Brasil com o bloco atingiu US\$ 17 bi em 2007 (contra US\$ 5,7 bi em 2003). Fundo de Convergência Estrutural tem aporte de US\$ 100 mi para lidar com assimetrias. Brasil: maior contribuinte (70%). Parlamento do Mercosul é realidade.
- Banco do Sul (ata de fundação assinada em dez/07): um banco de fomento genuinamente sul-americano, para financiar projetos em setores-chave.
- Unasul: Tratado Constitutivo, adotado em mai/08, dá personalidade jurídica à União.

Cooperação Sul-Sul

- Brasil defende nova geografia mundial: não excludente, global, fundada em parcerias para promover paz, justiça e desenvolvimento integral dos povos.
- Ibas²: com África do Sul e Índia, é foro inovador de diálogo político e cooperação trilateral. Reunião na Cidade do Cabo (mai/08) reafirma a cooperação Sul-Sul como pilar fundamental na construção de ordem internacional mais inclusiva e solidária.
- Cúpulas regionais pioneiras da América do Sul com África (segunda cúpula, em Caracas, nov/08); e países árabes (segunda cúpula em Doha, mar/09); participação ativa em processo de paz no Oriente Médio (Conferência de Annapolis, nos EUA).

Parceiros tradicionais

- Diálogo maduro e equilibrado com os países desenvolvidos faz Brasil mais ouvido. Diálogo ampliado no G-8 inclui países em desenvolvimento nas decisões globais.
- Relação com os Estados Unidos: além dos temas tradicionais da agenda bilateral, biocombustíveis impulsionaram maior cooperação entre os dois países.
- Parceria estratégica com a União Européia: foco em C&T, mudança do clima, biocombustíveis e cooperação em benefício de terceiros países.

Países da Ásia

- Aprofundamento de relações com potências asiáticas. Reunião ministerial de Brasil, Rússia, Índia e China (Ekaterinburg, mai/08) consolida o BRICs como fórum de concertação relevante; retomada de parceria com Japão (ex: centenário da imigração japonesa em 2008); maior aproximação com a Ásia, região que mais cresce no mundo.

¹ Unasul: União de Nações Sul-Americanas. Link para o discurso do Presidente da República na reunião da Unasul: http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_detalhehora.cfm?cod=35217

² Ibas: Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.

2 – PROGRAMAS DE 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
■ Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Lançamento: 22/01/2007 – www.brasil.gov.br/pac	12
■ Agenda Social: objetivos e eixos	13
■ Bolsa Família – Agenda Social - http://www.mds.gov.br	14
■ Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE Lançamento: 24/04/2007 – www.mec.gov.br	15
■ Plano Nacional de Turismo – PNT Lançamento: 13/06/2007 – www.turismo.gov.br/	16
■ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci Lançamento: 20/08/2007 – www.mj.gov.br/	17
■ Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social Lançamento: 05/09/2007 – www.projovem.gov.br/	18
■ Programa de Aceleração do Crescimento – Funasa Lançamento: 19/09/2007 – www.funasa.gov.br/	19
■ Povos Indígenas – Agenda Social Lançamento: 21/09/2007 – www.funai.gov.br	20
■ Pessoas com Deficiência – Agenda Social Lançamento: 26/09/2007 – http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt	21
■ Mais Cultura – Agenda Social Lançamento: 04/10/2007 – www.maisbrasil.gov.br/cultura.php	22
■ Criança e Adolescente – Agenda Social Lançamento: 11/10/2007 – http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/	23
■ Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação Lançamento: 20/11/2007 – www.mct.gov.br	24
■ Quilombolas – Agenda Social Lançamento: 20/11/2007 – www.presidencia.gov.br/seppir	25
■ Mais Saúde Lançamento: 05/12/2007 – bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsaude/	26
■ Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica– Agenda Social Lançamento: 06/12/2007 – www.presidencia.gov.br/sedh/	27
■ Territórios da Cidadania – Agenda Social Lançamento: 25/02/2008 – www.territoriosdacidadania.gov.br/	28
■ Reforma Tributária – enviada ao Congresso em 28/02/2008 www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf	30
■ Mulheres – Agenda Social Lançamento: 05/03/2008 - 200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf	32
■ PAC Embrapa Lançamento: 23/04/2008 – www.embrapa.gov.br	33
■ Plano da Amazônia Sustentável – PAS Lançamento: 08/05/2008 - http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf	34
■ Política de Desenvolvimento Produtivo Lançamento: 12/05/2008 - http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/	35

PAC: CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de 16 meses já aponta 5% de obras concluídas; 98% das ações mantêm andamento satisfatório

“...o povo brasileiro, os empresários brasileiros, os governos estaduais, os prefeitos e o Presidente da República aprenderam que, ou nós fazemos as obras de infra-estrutura que o Brasil precisa para dar um salto de qualidade, ou nós iremos passar mais um século sendo apenas um país emergente. E nós queremos ser um país altamente desenvolvido.”

Presidente da República, 5mai/08, em entrevista à imprensa.

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos da ordem de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos para incentivar investimentos, além de contemplar medidas fiscais de longo prazo. Valor das desonerações previsto para 2007 e 2008 ultrapassa R\$ 16 bi.

Balanço de 16 meses (4jun/08)

- 2120¹ ações monitoradas: 61% em obras, 20% em licitação, 14% em projeto ou licenciamento e 5% de obras concluídas.
 - Em quantidade, 98% têm andamento satisfatório (87% com ritmo adequado e 6% merecem atenção); 2% estão preocupantes, com atraso significativo ou elevado risco e 5% de obras concluídas.
 - Em valores, 98% têm andamento satisfatório (88% estão adequadas e 6% merecem atenção); 2% estão preocupantes e 4% de obras concluídas.
- Em 2007, foram destinados R\$ 16,5 bi do OGU² para investimentos do PAC: 97% empenhados.
- Pagamentos do PAC até mai/08 atingiram R\$ 10,5 bi, valor sete vezes maior que o obtido em mai/07.
- Os pagamentos ao longo de 2007 totalizaram R\$ 7,3 bi: R\$ 4,5 bi (27% da dotação) do exercício e R\$ 2,8 bi de despesas de anos anteriores (70% da dotação dos restos a pagar).
- Licenciamento ambiental: Ibama emitiu 31 licenças.

Fonte: Balanço PAC – www.brasil.gov.br/pac

¹ A variação de empreendimentos monitorados pelo PAC passou de 2.126 em janeiro para 2120 em maio, devido a reagrupamento de algumas ações.

² Orçamento Geral da União.

AGENDA SOCIAL

Cidadania e inclusão social na ordem do dia

Agenda Social – Agenda para o País

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade, o Plano Nacional da Educação – PDE, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, o Programa Mais Saúde e a Agenda Social, cuja execução iniciou-se em 2008.

Objetivo da Agenda Social

- Consolidar uma política garantidora de direitos, reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres; buscar a gestão integrada e o aprofundamento do pacto federativo entre Governo Federal, estados e municípios.

Eixos

Redução das desigualdades

- Ampliação dos benefícios do Bolsa Família.
- Geração de oportunidades às famílias do Bolsa Família.
- Ampliação dos serviços sócio-assistenciais – prioridade às famílias do Bolsa Família.
- Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural.

Juventude

- ProJovem.

Direitos da Cidadania

- Mulheres.
- Quilombolas.
- Povos Indígenas.
- Criança e Adolescente.
- Pessoas com Deficiência.
- Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica.
- Povos e Comunidades Tradicionais.

Cultura

- Mais Cultura.

BOLSA FAMÍLIA

Maior programa de transferência de renda do mundo é ampliado e aprimorado, com ênfase na geração de oportunidades

2003-2006

- Beneficia 11 milhões de famílias, em todos os municípios brasileiros.
- Boa focalização e busca ativa dos mais pobres junto a indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças em situação de trabalho infantil.
- 85% das crianças e adolescentes são monitorados na frequência escolar.
- Beneficiários têm maior frequência e menor evasão escolar.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003/05.
- Contribui para reduzir desnutrição e mortalidade infantil e promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo na economia local.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos mostram que não há acomodação das famílias beneficiárias.
- Cerca de dois milhões de famílias já deixaram o Programa pelo aumento na renda ou em decorrência de auditoria.

2007- 2010

- Reajuste do benefício em 18,25% em ago/07, passando da faixa dos R\$ 15 a R\$ 95 pagos para R\$ 18 a R\$ 112.
- Benefício máximo passa para R\$ 172.
- Ampliação do benefício, em mar/08, para adolescentes de 16 a 17 anos, desde que estejam frequentando a escola (até dois benefícios de R\$ 30 por família). 1,3 milhão de adolescentes já recebem. Estimativa é atingir 1,75 milhão.
- Ampliação dos pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso.

Geração de oportunidades às famílias

- Em 2008, será iniciado “Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família”. Meta é qualificar e inserir profissionalmente nas obras do PAC 200 mil beneficiários, a começar pela construção civil nas 11 regiões metropolitanas, onde estão alocados 70% dos recursos do programa. Parceria entre empresários, trabalhadores e três esferas de governo.
- Inclusão bancária – 500 mil famílias receberão benefícios em suas contas bancárias, em todo o país, em jun/08. Ampliação no 2ºsem/08.
- Meta de 120 mil famílias em programas de microcrédito.
- Iniciativas de economia solidária.
- Prioridade para beneficiários nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – EJAs.

PDE - EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Investimentos de R\$ 15 bi até 2011 orientados para melhoria de qualidade da educação e redução do analfabetismo

Educação Básica

Formação de professores

- Universidade Aberta do Brasil: 289 pólos implantados e 269 pré-selecionados.
- Pibid¹: bolsas de iniciação à docência. Meta para 2008: 20 mil bolsas.

Avaliação dos estudantes

- Provinha Brasil: avalia alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Início: abr/08. 22 Estados e 3.133 municípios receberam kit da Provinha impresso.
- Educacenso: censo escolar por aluno, visa melhoria das informações e da aplicação de recursos. Alcança 198 mil escolas e 53 milhões de estudantes.

Apoio ao aluno e à escola

- Fundeb: 2º ano de implantação, investimento previsto de R\$ 3,2 bi em 2008.
- Ensino Fundamental de 9 anos: de 24% (2005) para 44% (2007) das matrículas.
- ProInfância (escolas de educação infantil): 859 unidades em 887 municípios.
- Caminho da Escola (ônibus escolar): 1.499 veículos (634 com recursos do MEC, 251 dos municípios e 614 de empréstimos com agentes financeiros do BNDES).
- Laboratórios de informática e conexão à rede em todas as escolas públicas até 2010. 29 mil laboratórios em 2008; 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010.
- Programa Banda Larga na Escola: 55 mil escolas (40% das escolas atendidas em 2008, 80% em 2009 e 100% em 2010). Lançado em 8abr/08.
- Olimpíadas: Matemática (18,3 milhões de estudantes) e Português (6 milhões de estudantes, em parceria com Fundação Itaú Social) em 2008.
- Ampliação do PNATE,² PNAE³ e PDDE⁴ para toda educação básica. Orçamento adicional de R\$ 788,5 mi em 2008.

Adesão federativa ao PDE:

- Todos os estados e 5.481 municípios aderiram, incluídos os 1.242 priorizados (29/05).

Educação Profissional e Tecnológica

- 214 novas escolas técnicas: 64 criadas entre 2003-2007 (50 em funcionamento) e 150 entre 2007-2010 (33 unidades com licitações de obras concluídas, 20 delas com início das aulas em ago/08; 22 licitações em andamento e 95 a serem iniciadas).

Educação Superior

- 10 novas universidades federais, além de 2 consolidadas e 3 em tramitação.
- 48 novas extensões universitárias em 2003/2006, 13 novas em 2007, 2 em 2008 e 25 extensões consolidadas.
- Reuni⁵: ampliação de acesso à universidade federal (de 124 mil, em 2002, para 229 mil vagas/ano, em 2012), aproveitando estrutura existente. 100% de adesão das Ifes⁶.
- Prouni⁷: bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda (385 mil beneficiados). 48 mil contratos do Fies em 2007 e previsão de 100 mil em 2008.

1 Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência.

2 Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

3 Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 Programa Dinheiro Direto na Escola.

5 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

6 Instituições Federais de Ensino Superior.

7 Programa Universidade para Todos.

PNT - PLANO NACIONAL DE TURISMO

Rumo, planejamento e ousadia são marcas das políticas para o setor

1º Plano Nacional de Turismo - PNT (2003-2006)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.

2º Plano Nacional de Turismo - PNT (2007-2010)

- Lançado em 3 jun/07, o 2º PNT – Uma Viagem de Inclusão – tem por objetivos:
 - Desenvolver qualidade do produto turístico.
 - Promover turismo como fator de inclusão social.
 - Fomentar competitividade do turismo brasileiro nos mercados nacional e internacional.
- Investimentos previstos:
 - R\$ 5,63 bi para infra-estrutura: obras complementares ao PAC – saneamento; pavimentação; melhoria, adequação e modernização de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista.
 - R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.
- Principais metas (até 2010):
 - Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno.
 - Criar condições para gerar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações.
 - Gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas.
 - Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

Programa Viaja Mais – Melhor Idade – 2ª fase lançada em mar/08

- Incentiva pessoas com 60 anos ou mais, aposentadas ou pensionistas, a viajar em períodos de baixa ocupação. Pacotes customizados para a faixa etária, com taxas de juros abaixo do mercado para empréstimos consignados.
- 25 operadoras. Estima-se credenciamento de 2.500 agências de viagem. Pacotes com origem em 12 estados, para 36 destinos. Meta para 2008: 50 mil pacotes. Na 1ª fase (ago a dez/07) foram vendidos 9 mil pacotes, de duas origens (SP e DF), para 23 destinos. Custo médio R\$ 850.
- Viaja Mais Melhor Idade – Hospedagem (lançado em abr/08): além dos pacotes, hotéis credenciados oferecem descontos de 50% (da tarifa praticada no Portal de Hospedagem¹) para pessoas acima de 60 anos.

Prodetur² Nacional

- US\$ 1 bi para investimentos. Linha de crédito do BID, aprovada em fev/08, destinada a estados e municípios com mais de um milhão de habitantes.

Realizações em 2007

- 163 milhões de viagens no mercado interno.
- R\$ 1,2 bi em infra-estrutura, beneficiando 2.572 municípios.
- 152 mil pessoas qualificadas; 308 mil novos empregos e ocupações.
- R\$ 112,7 mi em promoção do Brasil no exterior (Embratur).

Lei do Turismo

- Em mar/08, o Governo Federal enviou mensagem ao Congresso Nacional encaminhando o projeto de Lei do Turismo, que estabelece o marco regulatório do setor.

¹ O Portal de Hospedagem conta com apoio do MTUR e do Sebrae. É um *website* concebido para ser o mais completo guia on-line do setor de turismo: www.portaldehospedagem.com.br

² Programa de Desenvolvimento do Turismo.

PRONASCI

Programa articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

- R\$ 6,7 bi a serem investidos até 2012 no combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinquência. Prevê participação das comunidades na implantação das medidas.

Metas e Realizações

- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
 - Bolsa Formação para policiais – até R\$ 400 mensais: 225 mil profissionais beneficiados até 2012.
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp): 81 instituições já cadastradas.
 - Cursos de ensino a distância: 240 mil profissionais a serem capacitados em 2008.
 - Atualmente, 86.685 alunos freqüentam cursos de formação do Pronasci (no primeiro ciclo de cursos em 2008, foram 57.381 alunos).
- Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais.
- Integração do jovem em situação de risco e sua família aos programas sociais do governo federal: projetos Mulheres da Paz, Protejo e Reservista Cidadão.
- Prioridade às 11 regiões com os maiores índices de violência e criminalidade – Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). Foram incluídas também Fortaleza (CE), em razão da gravidade do problema da prostituição infantil, e Acre, em razão de sua condição de estado fronteiriço.
- Construção de pelo menos um presídio em cada uma das 11 regiões prioritárias iniciais, criando-se, no mínimo, 46 mil vagas em quatro anos. Planos diretores do sistema penitenciário já concluídos em todos os estados.
- Plano habitacional, em parceria com a Caixa Econômica Federal: abertura de crédito para a compra de casa própria para policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros e agentes prisionais de baixa renda:
 - RS: 512 unidades habitacionais a serem entregues no 1ºsem/08.
- Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).
- Recursos do PAC para obras de urbanização e melhoria da infra-estrutura nas comunidades do Pronasci.

Pronasci soma-se a outras medidas

- Fortalecimento da Polícia Federal.
- Construção de presídios federais: Catanduvas (SP), Campo Grande (MS) (ambos em funcionamento), Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF)
- Regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- Organização de 27 gabinetes de gestão integrada (com os estados).
- Criação da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

PROJOVEM

Programa valoriza jovens em situação de vulnerabilidade social; ações focadas em educação, profissionalização e inserção no mundo do trabalho

Juventude - desafio

- Brasil tem 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, sem concluir Ensino Fundamental, desempregados.

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano.
- Articula, integra e amplia programas para juventude iniciados em 2003.
- Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas.
- Recursos: R\$ 5,4 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi.

Quatro modalidades:

1. **ProJovem Adolescente** (reformula o Agente Jovem). Beneficia jovens de 15 a 17 anos, de famílias pobres. Oferece atividades sócio-educativas e benefício adicional ao Bolsa Família, de R\$ 30, limitado a dois benefícios por família. Duração de 24 meses. Serão ofertadas 498 mil vagas em 2008, em mais de 2,8 mil municípios (em 2007, o Agente Jovem atendeu 112,9 mil jovens. Em 2008, 90,5 mil jovens continuarão sendo atendidos no antigo formato).
2. **ProJovem Urbano** (reformula o ProJovem). Beneficia jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever mas não concluíram o Ensino Fundamental. Oferece possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental, aprendizado de uma profissão e desenvolvimento de ações comunitárias. Benefício: R\$ 100/mês (durante 18 meses). Serão ofertadas 250 mil vagas em 2008 (desde 2005, foram matriculados no ProJovem aproximadamente 235 mil jovens em regiões metropolitanas).
3. **ProJovem Campo** (reformula o Saberes da Terra). Beneficia jovens agricultores entre 18 e 29 anos. Oferece possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância, com calendário adaptado ao ciclo agrícola e às características do campo. Valor do benefício: R\$ 100 a cada dois meses (durante 24 meses). Serão ofertadas 35 mil vagas em 2008 (desde 2005, o Saberes da Terra atendeu a 8,6 mil jovens agricultores).
4. **ProJovem Trabalhador** (reformula o Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica). Beneficia jovens de 18 a 29 anos, desempregados, membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Facilita a inserção no mundo do trabalho por meio de qualificação profissional e desenvolvimento humano. Valor do benefício: R\$ 100/mês (durante 6 meses). Serão ofertadas 320 mil vagas em 2008. Entre 2007 e 2008, o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã beneficiaram cerca de 146 mil jovens, e o Escola de Fábrica beneficiou, desde 2005, cerca de 9 mil jovens.

¹ Legislação: MP 411/07, que reformula lei 11.129/05, criou o ProJovem. Aprovada na Câmara e no Senado e aguardando sanção presidencial.

PAC FUNASA

Levar saneamento a pequenas comunidades quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico

Características

- Desenvolvido e implementado pelo Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)¹, prevê investimentos de R\$ 4 bi até 2010.
- Até jun/08, selecionados 3.866 projetos, no valor de R\$ 3,178 bi. Destes, 2.447 já contratados, o equivalente a R\$ 1,742 bi.
- Serviços priorizados: implantação de redes de distribuição de água, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo e limpeza urbana. 529 obras já em andamento. Outras 1.913 em preparação.
- Obras de abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: contratados R\$ 1,411 bi, beneficiando 537.400 famílias de 692 municípios.

Quilombolas e comunidades indígenas

- **Quilombos:** oferecer água de boa qualidade e destinação adequada para esgoto. Até o momento, contratados R\$ 23,4 mi, para beneficiar 8.092 famílias em 92 comunidades de 49 municípios.
- **Áreas indígenas:** contratados R\$ 33,9 mi para obras, em 183 municípios, beneficiando 16.450 famílias. Meta: elevar cobertura de abastecimento de água das aldeias de 62% para 90% e dobrar a cobertura com soluções adequadas para esgoto de 30% para 60%.

Interesse epidemiológico

- **Doença de Chagas:** contratados R\$ 109,8 mi para intervenções que beneficiarão 13.360 famílias de 302 municípios dos estados de MG, BA e RS.
- **Malária:** para 30 municípios com maior número de casos na Região Amazônica serão promovidas ações de manejo ambiental e drenagem urbana (24 municípios já contrataram R\$ 93,4 mi, para beneficiar 83.480 famílias).

Municípios de até 50 mil habitantes

- **Abastecimento de água:** 1.326 municípios receberão investimentos de R\$ 1,12 bi. Em 2007, contratados R\$ 214,2 mi para beneficiar 252 municípios.
- **Esgotamento sanitário:** 500 municípios receberão investimentos de R\$ 1,4 bi. Em 2007, contratados R\$ 358 mi para beneficiar 120 municípios.
- **Melhorias sanitárias domiciliares:** 500 municípios receberão investimentos de R\$ 280 mi. Em 2007, foram contratados R\$ 117 mi para 185 municípios.
- **Resíduos sólidos:** oito municípios receberão investimentos de R\$ 12 mi.

Pequenas comunidades

- **Programa Nacional de Saneamento Rural:** serão aplicados R\$ 300 mi, para água de boa qualidade e esgotamento sanitário. Em 2007, contratados R\$ 10 mi para 289 escolas rurais e R\$ 53,9 mi para 658 comunidades rurais. 33.049 famílias beneficiadas.

Ações complementares

- Serão aplicados R\$ 120 mi na construção de 25 unidades regionais de controle da qualidade da água e apoio a 210 cooperativas com projetos de coleta e reciclagem de materiais. Em 2007, foram contratadas quatro unidades.

¹ Funasa: atende municípios com até 50 mil habitantes e grupos sociais minoritários e estratégicos como as comunidades especiais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados rurais e de reservas extrativistas do país.

POVOS INDÍGENAS

Resgate cultural e dos direitos de cidadania das populações indígenas

Características

- Orçamento: R\$ 305 mi para triênio 2008/2010.
- Ações desenvolvidas junto aos Territórios da Cidadania: assistência técnica e extensão rural a áreas indígenas, promoção cultural dos povos indígenas (instalação e manutenção de casas de cultura, comercialização de artesanato e cursos de capacitação) e gestão ambiental e territorial de terras indígenas.
- Estrutura-se em torno de três programas:
 1. **Proteção das Terras Indígenas:** regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro, Dourados e Raposa Serra do Sol), recuperação de áreas degradadas, monitoramento ambiental e proteção de povos isolados.
 2. **Promoção dos Povos Indígenas:** documentação e valorização das línguas, valorização do patrimônio cultural, implantação de pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. **Qualidade de vida dos Povos Indígenas:** criação de sistema de acompanhamento e avaliação das condições de vida dos povos e fortalecimento do controle social.
- Inclusão dos povos indígenas em programas sociais: Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

Metas para 2008

- Demarcação de 39 terras: 12 concluídas, 17 iniciadas, três em processo de licitação e sete sem procedimento iniciado. Até 2010, está prevista a demarcação de 127 terras.
- Indenização e reassentamento de três mil famílias.
- Combate à intrusão¹ em 12 mil ha de terras.
- Articulação das ações setoriais nos territórios indígenas.
- Documentação de 20 línguas indígenas.

Cenário atual

- 440 mil indígenas aldeados (estimativa).
- 220 etnias.
- 180 línguas.
- 63 referências de povos indígenas isolados².
- 615 Terras Indígenas.
 - 12,5% do território nacional.
 - 22% da Amazônia Legal.

¹ Ocupação de não-índios em terras indígenas, sem autorização do órgão indigenista oficial.

² Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Promover a inclusão social das pessoas com deficiência pela equiparação de oportunidades

Dimensão

- Censo IBGE 2000: 25 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 70% vivem abaixo da linha da pobreza; 33% são analfabetos ou têm até 3 anos de escolaridade; 90% estão fora do mercado de trabalho.

Agenda Social – Pessoas com Deficiência

- Público alvo: beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e alunos da educação básica.
- Ações dão continuidade à Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. O percentual de estados com conselhos de direitos da pessoa com deficiência passou de 44,4% em 2003 para 81,5% em 2007, abrangendo 22 estados e o Distrito Federal. O percentual de municípios passou de 1,4% para 4,3%, abrangendo 241 municípios.
- Orçamento 2008-2010: R\$ 1,69 bi.

Ações

- Concessão de Órteses e Próteses: atendimento da demanda reprimida.
 - Criar linhas de financiamento no BNDES para implantação de 10 oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em órteses e próteses em instituições de ensino e de pesquisas.
- Acessibilidade à Habitação de Interesse Social.
 - Garantia da acessibilidade como critério de financiamento pela Caixa Econômica Federal na produção habitacional de interesse social.
 - Criação de linha de financiamento para adaptação de residências, com prioridade para a população de baixa renda.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais, e entorno das escolas.
 - Inserção do requisito acessibilidade na linha de financiamento do BNDES para aquisição de veículos de transporte coletivo, com condições diferenciadas (setor privado).
 - Apoio a projetos de acessibilidade, de sistemas de circulação de meios não-motorizados, e assessoria a estados e municípios.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica (ensino infantil, fundamental e médio).
 - Apoio a projetos de adaptação arquitetônica e salas de recursos e adequação de prédios escolares para educação especial.
- Inserção no Mercado de Trabalho
 - Criar linha de financiamento especial para acessibilidade no trabalho.
 - Contrato de aprendizagem e capacitação de gestores professores.
 - Participação dos centros de ensino tecnológico e Sistema S.
 - Cumprimento da legislação da reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho nas empresas com 100 ou mais empregados, qualificação profissional e ampliação de cargos na administração pública.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade é investir em um país de todos

Agenda Social – Mais Cultura - Objetivos

- Dar acesso aos bens culturais e meios para a expressão simbólica e artística, promovendo a diversidade e a auto-estima e gerando oportunidades de emprego e renda.

Orçamento Mais Cultura 2007-2010

- Orçamento total de R\$ 4,7 bi, assim divididos: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.

Linhas de ação – metas até 2010

- Ações estruturadas em três linhas:
 1. **Cultura e Cidadania:** garantir acesso dos brasileiros a bens e serviços culturais.
 2. **Cidade Cultural:** ampliar oferta de equipamentos e acesso à produção e à expressão cultural.
 3. **Cultura e Renda:** gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micros, pequenas e médias empresas, assim como empreendimentos de economia solidária no mercado cultural brasileiro.
- Destaques:
 - Bibliotecas públicas: objetivo é zerar déficit de municípios sem biblioteca.
 - Previsão de implantação de 630 bibliotecas e modernização e qualificação de 4.500 bibliotecas da rede pública.
 - Incentivo à realização de 24 mil microprojetos culturais.

Territorialização

- 2.615 municípios dos 26 estados da Federação e do DF com os menores IDH's¹ e Ideb's², abrangendo: famílias do Bolsa Família; 12 regiões metropolitanas do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas; indígenas; comunidades tradicionais; Territórios da Cidadania; regiões do semi-árido e da bacia do rio São Francisco; BR-163; 1.790 escolas.

Metas 2008

- Implantação de bibliotecas em 330 municípios.
- Modernização de bibliotecas em 110 municípios que integram os Territórios da Cidadania e em cerca de 200 outros municípios brasileiros.
- Implantação de 11 Pontos de Memória.

Realizações

- De 2003 a 2007 o Governo triplicou os recursos para o Ministério da Cultura e quadruplicou os recursos da Lei Rouanet.
- Assinados Acordos de Cooperação para a implementação do Programa com 11 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PB, PI, CE e RJ.
- Pontos de Cultura: assinados convênios com 23 estados, totalizando 1.268 pontos.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Maior plano intersetorial de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes

Agenda Social - Criança e Adolescente

- Orçamento 2008-2010: R\$ 2,1 bi.
- Quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e 5 estatais.

1. Quem Ama Protege

- Objetivo: fortalecer políticas de proteção em 11 regiões metropolitanas de maior vulnerabilidade à violência.
 - Expansão de redes de creches e pré-escolas.
 - Atividades culturais e esportivas no contraturno.
 - Implantação do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.
 - Implantação do projeto “Escola que Protege” em articulação com o PAIR¹.
 - Implantação de projetos de Depoimento Especial.
 - Criação de Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares².

2. Caminho pra Casa

Objetivo: promover o direito à convivência familiar e comunitária, reinserindo em suas famílias crianças e adolescentes abrigados.

- Auxílio financeiro às famílias para retorno dos filhos abrigados.
- Criação do Cadastro Nacional de Adoção.
- Implantação de serviços de “Famílias Acolhedoras”.
- Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.

3. Na Medida Certa

Objetivo: implantar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), voltado para adolescentes em conflito com a lei.

- Criação de programas de medidas socioeducativas em meio aberto em municípios com mais de 50 mil habitantes.
- Construção de unidades de internação com novos padrões arquitetônicos.
- Fortalecimento de ações de saúde, educação, profissionalização, cultura e esporte em todas as unidades de internação.
- Criação de Centros de Formação Continuada para operadores do Sinase.

4. Observatório

Objetivo: criar um portal com informações sobre políticas públicas dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

- Monitoramento da Agenda Criança e Adolescente.
- Banco de Boas Práticas.
- Desenvolvimento de Sistemas de Informações Municipais e Estaduais interligados ao Governo Federal.

¹ Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.

² Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

Principais resultados alcançados no âmbito do PACT&I

- O Conselho Diretor do FNDCT¹ e o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais aprovaram, para 2008, R\$ 708 mi para pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, contemplando todas as prioridades do PACT&I.

Prioridade I - Expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

- Foram aprovados, pela FINEP, 102 projetos, totalizando R\$ 159,6 mi, para implantação e modernização de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa (34% para N, NE e CO);
- Aprovados 590 projetos de pesquisa de jovens doutores, no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado, em atendimento ao edital de R\$ 37 mi, lançado pelo CNPq/FINEP/CAPES;
- Foi inaugurada a sexta rede metropolitana de instituições de pesquisa e educação, em Natal (RN), com investimentos de R\$ 1 mi. Até dez/08, o projeto incluirá todas as capitais do país.

Prioridade II - Promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Foi lançada a 3ª Chamada Pública, MCT/MDIC, no valor de até R\$ 450 mi, para Subvenção Econômica de empresas, priorizando os temas: Tecnologias da Informação e Comunicação, Biotecnologia, Saúde, Energia e Desenvolvimento Social;
- Foi realizado Fórum Executivo de Semicondutores, em Brasília, com a participação de empresas mundiais do setor, centros de pesquisa e dirigentes do Programa de Circuitos Integrados – Brasil.

Prioridade III – P, D&I em áreas estratégicas

- Concedidas bolsas de Especialização Tecnológica – Residência em desenvolvimento de *software*, com investimento total de R\$ 3,4 mi;
- Lançado foguete de sondagem brasileiro (VS-B30), em Esrange, Suécia;
- Realizado seminário Brasil-Argentina de Cooperação Nuclear, onde foi recomendada a criação de empresas binacionais na área nuclear;
- Seis países da América do Sul definiram estratégia conjunta de pesquisa na Antártica em Seminário organizado pelo MCT.

Prioridade IV - C,T&I para o desenvolvimento social

- Mais de 18 milhões de alunos de cerca de 40 mil escolas inscreveram-se para a 4ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.
- Repassados R\$ 124 mi para implantação de Centros de Acesso a Tecnologias para Inclusão Social – CATIS à Caixa Econômica Federal. O Programa vai beneficiar 279 municípios em 23 estados.

¹ Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira

Objetivos

- Viabilizar acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social a famílias quilombolas.
- Atender, até 2010, 1.739 comunidades, localizadas em 22 estados, 330 municípios e 120 territórios rurais, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.

Ações até 2010

- Conclusão de 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária¹, das 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades.
- 280 mil exemplares de material didático relacionado à história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do Ensino Fundamental.
- Construção de cerca de 950 salas de aula.
- Acesso a programas sociais como Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Saúde Bucal, Alfabetização, Cestas de Alimentos.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras na bacia do rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etnodesenvolvimento.

Metas para 2008

- Levar o Bolsa Família a todas as comunidades.
- Finalizar 220 relatórios de demarcação.
- Atender 390 comunidades no fomento à inclusão produtiva.
- Construção de 296 salas de aula.
- Dez projetos de alfabetização, atendendo, inicialmente, 13,5 mil pessoas.
- Água e esgoto, Programa Saúde da Família e Saúde Bucal para 137 comunidades.
- Energia elétrica em 15 mil domicílios.

¹ Título definitivo é expedido pelo Incra.

MAIS SAÚDE

Mais investimentos para melhorar acesso, qualificar atendimento, modernizar gestão e promover pesquisa e capacitação profissional

Investimentos: R\$ 89,5 bi para saúde¹ em 2008-2011

- R\$ 65,1 bi no PPA.
- R\$ 24,4 bi entre 2008/11 – EC 29.

Promoção e atenção à saúde

- Planejamento familiar.
- Monitoramento de gestantes e população de 0 a 5 anos.
- Qualificação de profissionais, universalização do Programa Saúde da Família.
- Ampliação do Brasil Sorridente, Internação Domiciliar e Farmácia Popular do Brasil.
- Atendimento médico a 26 milhões de alunos da rede pública.
- Estímulo a práticas de alimentação saudável e de atividade física, regulamentação do teor de sal e gordura nos produtos industrializados.

Produção, desenvolvimento e cooperação em saúde

- Incentivo para indústrias privadas, produtoras de medicamentos e insumos.
- Conclusão da Hemobrás até 2010.
- Modernização de 75% dos laboratórios da Rede Nacional de Saúde Pública.
- Aumento de 50% na quantidade de medicamentos produzidos pelos 19 laboratórios oficiais.

Gestão, trabalho e participação

- Instalação de mais de 100 ouvidorias do SUS.
- Criação de 302 complexos para agendar consultas, internações e exames especializados, atendendo 107 milhões de pessoas.
- Capacitação de 373 mil técnicos.

Mais acesso e melhor qualidade

- Abertura de 400 novos centros de especialidades odontológicas.
- 430 novos centros de atenção psicossocial.
- 1.500 núcleos de apoio à Saúde da Família.
- 1.900 novas unidades básicas de saúde a cada ano.
- Proporcionará geração de 3 milhões de empregos diretos e indiretos.

Alguns resultados:

- Convênio com a Fundação de Tecnologia do Acre, no valor de R\$ 20 mi, para produção de preservativos na Fábrica de Xapuri.
- Inauguração do Quarteirão da Saúde em Diadema/SP (26mai/08), com 20.000m² de área construída. Previsão de 12.500 novas consultas médicas e de 52 mil exames/ano.
- Linha de crédito inédita para os hospitais e unidades que prestam serviços ao SUS, na área da oncologia e hemodiálise. A Caixa Econômica Federal oferecerá empréstimo para compra, reparação e reposição de peças de equipamentos desses tratamentos.

¹ Apresentado em 5dez/07, antes da rejeição da CPMF.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Erradicar sub-registro de nascimento no país e expandir o acesso à documentação básica

Agenda Social - Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar o sub-registro de nascimento (crianças de até um ano sem registro) e expandir o acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Registro de nascimento é condição para acesso a outros documentos civis básicos e participação em programas sociais.
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade:
 - Amazônia Legal.
 - Povos indígenas, populações tradicionais: quilombolas, ciganos, ribeirinhos.
 - Trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis.
 - Pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos.
 - Municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade a Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004. Em quatro anos, diminuiu o índice nacional de sub-registro de 20,9% em 2002 para 12,7% em 2006.

Ações e Metas

- Mobilização e campanhas de TV e rádio; ampliação da rede de emissão de documentos; e aprimoramento da infra-estrutura.
- Destaques:
 - Implantação de pontos de emissão de registro civil nos 400 municípios sem cobertura, em locais de concentração de órgãos emissores de documentação civil e em maternidades.
 - 27 unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, para prover documentação no campo.
 - Interação com os 120 Territórios da Cidadania.
 - Realização de serviços itinerantes de registro civil.
 - Implantação de mil pontos de emissão de carteira de trabalho, promovendo inscrição gratuita do CPF nesse documento.
 - CPF gratuito aos incluídos no Cadastro Único do Programa Bolsa Família e nos Programas Nacionais de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar.
 - Emissão gratuita de 1,5 milhão de RGs para pessoas de baixa renda.
- Algumas ações são de execução federal e outras dependem da adesão de estados e municípios: 16 estados (Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Paraná, Roraima, Tocantins, além de todos do Nordeste) já aderiram.

Gestão

- Criação do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de oportunidades e políticas sociais

Características

- Beneficiários: 2 milhões de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Recursos: R\$ 11,3 bi em 2008, 135 ações de 15 ministérios.

Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio às atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação, cisternas.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Critérios de seleção

- Menor IDH¹; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Representação dos 60 Territórios da Cidadania

- Municípios: 958 (17% do total do País).
- População: 23,9 milhões de habitantes (14% do total do País).
- População rural: 7,8 milhões (27% do total do País).
- Agricultura familiar: 1 milhão de famílias (24% do total do País).
- Assentados da reforma agrária: 319,4 mil famílias (40% do total do País).
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21% do total do País).
- Comunidades quilombolas: 350 (37% do total do País).
- Terras indígenas: 149 (25% do total do País).
- Pescadores: 127,1 mil famílias (33% do total do País).

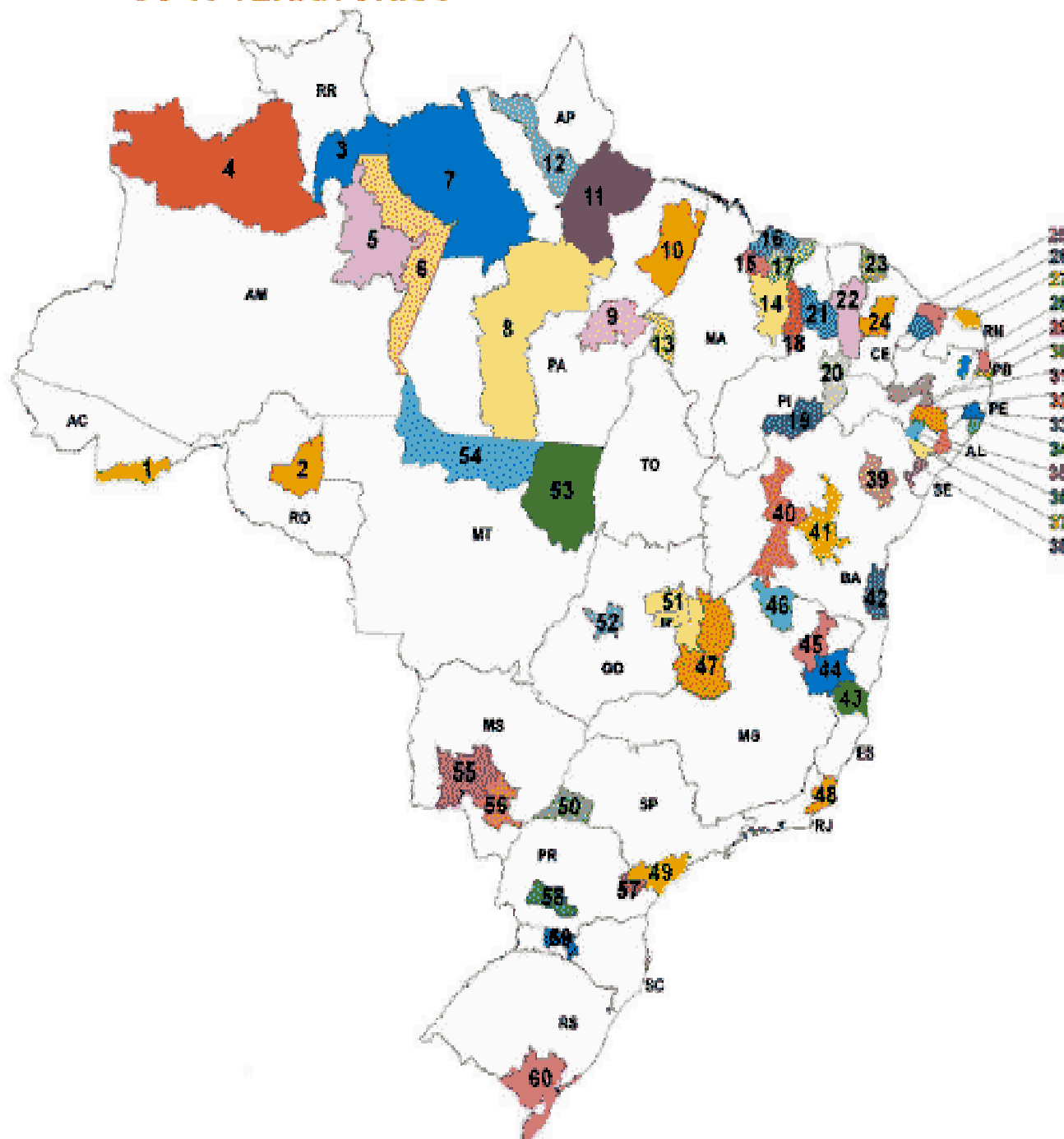
Implantação do programa

- 60 agendas territoriais realizadas; 9.126 participantes, entre representantes de prefeituras, governos estaduais, Governo Federal e sociedade civil.
- Protocolos de Cooperação Federativa (com governo estadual e municípios) assinados: CE, AL, RN, PI, AM, AP, ES, BA, SC, MT, SE, MG, TO e PE.
- Comitês de Articulação Estadual implantados: CE, GO, AL, RN, PI, AM, RS, AP, ES, MA, MG, PA, BA, SC, MT, SE, TO e PE.
- Incorporação do Sebrae ao Programa, com investimentos de R\$ 60 mi.
- Em discussão, incorporação dos agentes financeiros e de fomento: BNDES, BB, CEF, Basa, BNB.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

OS 60 TERRITÓRIOS



REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta encaminhada ao Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do País

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

Principais problemas do sistema tributário atual

- Estrutura complexa: custo elevado para apuração de tributos e cumprimento de obrigações acessórias pelas empresas.
- Incidências cumulativas; onera investimentos e exportações.
- Aumento de custos de investimento (prazo longo para empresas recuperarem créditos de impostos pagos sobre bens de capital).
- Resistência a ressarcimento de créditos de ICMS a exportadores.
- Guerra fiscal: situação de anarquia tributária, em que todos perdem - estados, que perdem receitas, e empresas, que vivem em ambiente de elevada insegurança jurídica, prejudicial aos investimentos.
- Elevadíssima tributação da folha de salários.

Principais objetivos da reforma

- Eliminação de obstáculos para produção mais eficiente e menos custosa.
- Fim da guerra fiscal.
- Redução de carga fiscal que incide sobre produtores e consumidores, principalmente pela desoneração da folha de salários.
- Estímulo à formalização.
- Desenvolvimento mais equilibrado de estados e municípios, com aperfeiçoamento de política de desenvolvimento regional.

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais, quatro dos quais (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F), e um (CSLL) incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal, com cobrança do Novo ICMS no Estado de destino. Redução da alíquota na origem progressivamente, completando-se o processo no oitavo ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para Estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar Estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução, de 20% para 14%, da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 p.p./ano, a partir do segundo ano após a aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica no momento da criação do IVA-F e do Novo ICMS.

REFORMA TRIBUTÁRIA

- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento de recursos destinados a todas as regiões.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada uma das áreas cujas fontes de financiamento estão sendo extintas.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS por lei complementar.

Momento oportuno

- Crescimento econômico cria condições para acomodar interesses e para União cobrir custo de desoneração, de melhoria da política de desenvolvimento regional e de compensação aos estados pela transição.
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica cria condições técnicas para calcular precisamente impacto da reforma sobre Estados (e, portanto, discutir racionalmente compensações), bem como reduz sonegação, facilitando implementação da reforma.

Impactos

- Melhoria de condições de crescimento e competitividade das empresas com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Trabalhadores beneficiados com aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e mais transparência de tributos.
- Aumento de receita de estados e municípios com fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto muito positivo sobre PIB – estimado em, no mínimo, 10% após período de transição. Espera-se que, em função da reforma, PIB brasileiro cresça 0,5 ponto percentual ao ano a mais do que cresceria sem a reforma.

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

¹ A medida é neutra do ponto de vista do montante de recursos transferidos a Estados e Municípios, mas melhora a qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com contribuições sociais.

MULHERES

Brasil já conta com instrumentos para combater preconceitos, promover igualdade de gênero e resgatar cidadania das mulheres

II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) ¹

- Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em ago/07, cuja construção participativa envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais, em todas as unidades da Federação.
- Ao todo são 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 eixos:
 1. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
 2. Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta (justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar).
 3. Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.
 4. Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias.
 5. Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.
 6. Enfrentamento às desigualdades que atingem jovens e idosas.
 7. Autonomia econômica e igualdade no trabalho, com inclusão social.
 8. Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica.
 9. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
 10. Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.
 11. Gestão e monitoramento do plano.

Resultados 2003-2007

- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para serem implementadas entre 2008 e 2011. Investimentos de R\$ 1 bi. Unidades da federação que já aderiram: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, TO, MG.
- Lei Maria da Penha mudou a compreensão da sociedade brasileira sobre a violência contra a mulher. Em 2007, a Central de Atendimento à Mulher realizou 204.978 atendimentos a mulheres em situação de violência, dos quais 47.975 para esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha.
- Criação de Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – serviço de utilidade pública que funciona 24 horas por dia e que já realizou 270 mil atendimentos, sendo 10% de relatos ou denúncias de violência.
- Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: 275 mil mulheres beneficiadas com emissão de documentos civis e trabalhistas.
- Programa Pró-Equidade de Gênero: lançado em 2005. Em 2006, 11 empresas públicas ganharam o Selo Pró-Equidade de Gênero, após aderirem ao programa.
- Programa Gênero e Diversidade na Escola: em mai/08, mais de 20 universidades públicas inscreveram-se para oferecer curso de capacitação em gênero, raça e sexualidade para cerca de 10 mil professores da Educação Básica.

¹ Lançado em 5mar/08.

PAC - EMBRAPA

Programa prepara a instituição e organizações estaduais para os novos desafios à pesquisa agrícola

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para o país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para o conhecimento agrícola em áreas estratégicas como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- Recursos serão somados a orçamento anual e aplicados em custeio de novas frentes de pesquisa, construção de instalações físicas, modernização de laboratórios e contratação de pessoal.

Metas

- Dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais até 2010.
- Um dos projetos trata da revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária, e outro do uso do monitoramento por satélite de obras civis, como instrumento de gestão do PAC.
- Metas tecnológicas responderão a desafios como: agroenergia (sistemas de produção para etanol, biodiesel, florestas energéticas); alimentos seguros (novas variedades de mandioca, soja, milho, feijão, cenoura, banana); promoção da agricultura sustentável na Amazônia (eliminação de queimadas e uso de sistemas agroecológicos); agricultura familiar (novas cultivares de fruteiras, fibras, grãos e oleaginosas adaptadas à seca, sistemas de produção orgânicos para pecuária, hortaliças e grãos); nanotecnologia (revestimentos comestíveis para aumentar tempo de prateleira de frutas); aproveitamento de recursos naturais (mais eficiência no uso e diminuição de contaminantes das águas).
- Metas institucionais incluem criação de três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional, nos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, um braço privado para a Embrapa (Embrapa Participações), buscando maior parceria com setor privado e Embrapa Internacional, buscando maior presença global (laboratórios e escritórios na América Latina, África e Ásia).

Contratação de pessoal e orçamento anual

- Proposta: contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

¹ http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais.

Características

- Beneficiários: toda população brasileira e, especialmente, 24 milhões de pessoas que habitam a Amazônia brasileira.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e representações da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas com ampla participação e representatividade.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população da Amazônia, com implantação de modelo pautado na valorização do seu imenso patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra-estrutura, para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas.

Eixos estruturantes

- Ordenamento territorial e gestão ambiental;
- Produção sustentável com inovação e competitividade;
- Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável;
- Inclusão social e cidadania.

Compromisso dos governos federal e estaduais

- Promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sócio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado. Integrar ações dos três níveis de Governo, da sociedade e dos setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater o desmatamento ilegal, garantir a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e mitigar as mudanças do clima.
- Promover utilização de áreas já desmatadas com aumento da produtividade e recuperação da floresta.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio para atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável das potencialidades energéticas e expansão da infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos nas áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Investir e inovar para sustentar o crescimento

Política de Desenvolvimento Produtivo

- Baseia-se em três eixos principais: ampliação do investimento, da inovação e das exportações e está organizada em três níveis:
- 1. **Ações sistêmicas:** focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva nacional.
- 2. **Programas estruturantes:** voltados para setores ou complexos produtivos. Inicialmente, desenvolvidos programas para 24 setores.
- 3. **Destaques estratégicos:** micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva da América Latina, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar taxa de investimento para 21% do PIB.
- Aumentar investimentos privados em P&D¹ para 0,65% do PIB.
- Ampliar participação brasileira para 1,25% do comércio mundial.
- Aumentar em 10% número de micros e pequenas empresas exportadoras.

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica.
- Poder de compra governamental.
- Regulação técnica, econômica e concorrencial.
- Apoio técnico: certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, de recursos humanos e outros.

Recursos

- Financiamento: R\$ 210,4 bilhões de financiamento do BNDES para investimentos em capital físico e em P&D na indústria e nos serviços.
- Desonerações tributárias da ordem de R\$ 20 bilhões entre 2008 e 2010.
- Mais de 30 medidas de desoneração do investimento, das exportações e da inovação.

Programas estruturantes

- Elaborados para complexos produtivos, propõem metas específicas, desafios, instrumentos e iniciativas. Dividem-se em:
- **Programas mobilizadores em áreas estratégicas.** Foco na superação de desafios científico-tecnológicos: complexo da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia; nanotecnologia; biotecnologia; defesa.
- **Programas para fortalecer competitividade.** Foco em complexos produtivos com potencial exportador: automotivo; bens de capital; indústria naval; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; madeira e móveis; plásticos; biodiesel; agroindústria; construção civil e serviços.
- **Programas para consolidar e expandir liderança.** Foco em setores com projeção internacional e capacidade competitiva: aeronáutico; papel e celulose; petroquímica, mineração, siderurgia; carnes.

¹ Pesquisa e Desenvolvimento.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
1. Indústria Naval	37
2. Reserva indígena Raposa Serra do Sol	38
3. Inflação e Alimentos	39
4. Trabalhadores	40
5. Cesta Básica e Salário Mínimo 2003-2008	41
6. Relação Capital-Trabalho	42
7. Previdência e Terceira Idade	43
8. Comparativo Econômico 2003-2008	44
9. Exportações por Bloco Econômico	45
10. Crédito	46
11. Ambiente de Negócios	47
12. Combustíveis	48
13. Energia	49
14. Desmatamento e Aquecimento	50
15. Agricultura e Pecuária	51
16. Mudança no Campo	52
17. Integração Nacional	53
18. Relação com Municípios	54
19. Aqüicultura e Pesca	55
20. Habitação	56
21. Saneamento	57
22. Inclusão Digital	58
23. Esportes	59

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

INDÚSTRIA NAVAL

Programas de expansão da Petrobras e investimentos de mais de US\$ 50 bi nos próximos 9 anos multiplicam empregos e dão novo dinamismo ao setor

Renascimento

- Indústria naval e *offshore*¹ recupera-se a partir de 2003: 10 plataformas de exploração e produção (investimentos de US\$ 5,7 bi) e sete embarcações de apoio² (US\$ 120 mi) já concluídas.

Promef³ – 1ª fase

- Prevê construção de 26 navios de grande porte, já contratados junto à Transpetro, com investimento de US\$ 2,5 bi.

Promef – 2ª fase

- Lançado em mai/08, prevê construção de 23 navios de grande porte, contratados junto à Transpetro (US\$ 1,7 bi) e outras empresas brasileiras de navegação (US\$ 843 mi).

Renovação da frota de apoio da Petrobras

- Prevista construção de até 146 embarcações, que deverão ter bandeira nacional, ser de propriedade de empresas brasileiras e ter um mínimo de 70 a 80%⁴ de conteúdo nacional.
- Em licitação a contratação de 24 destas 146 embarcações. As 122 restantes acontecerão até 2014.
- Outros dois navios estão em negociação entre Petrobrás e Noroil Empresa de Navegação Ltda., que deverão ser construídos no Estaleiro Atlântico Sul para entrega entre 2012 e 2015, ao valor total de US\$ 320 mi.
- Estima-se criação de 500 empregos diretos, nas obras de cada embarcação, e 3.800 novos postos para tripulantes.
- Contratação de 21 navios pelo modelo de afretamento⁵.

Empreendimentos contratados ou em andamento

- Três plataformas *offshore* em construção, sendo duas em fase final (P51 e P53) e uma plataforma com construção prevista para o 2ºsem/08.
- Iniciada construção de 17 embarcações de apoio (2º Plano de Renovação de Frotas), com investimento total de US\$ 250 mi. Assinado, ainda, contrato para construção de 14 embarcações no valor de US\$ 200 mi.

Empreendimentos em licitação ou a licitar pela Petrobras

- Além do Promef 1ª e 2ª fases, oito plataformas *offshore* e 40 plataformas de perfuração (12 com entrega prevista até 2012, 28 entre 2013 a 2017).

Recuperação de empregos no setor

- Década de 1970: 36 mil trabalhadores. Em 2003: apenas 1.900 trabalhadores.
- Em 2008: 40 mil trabalhadores.

¹ O termo *offshore* refere-se às plataformas marítimas.

² Embarcações de apoio são de pequeno porte e destinam-se a transporte de pessoas, cargas, rebocadores, em suporte à atividade das plataformas e embarcações de grande porte.

³ Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobras. Refere-se às embarcações de grande porte.

⁴ Dependendo do tipo da embarcação.

⁵ Modelo de contratação em que a embarcação pertence ao prestador do serviço.

RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL

Garantir direitos constitucionais dos povos indígenas, paz social, desenvolvimento regional e soberania nacional

População da reserva

- Abarca 194 aldeias com 18.992 indígenas das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona.
- Densidade demográfica de 1,08 hab/km²: quase o dobro das demais regiões do estado, exceto capital.

Dimensão da terra homologada

- Total de 17.474,64 km² (7,79% da área de Roraima).
- Homologação em área contínua deve-se à quantidade de comunidades (194 aldeias) e seu deslocamento, que alterna exploração de recursos naturais com “descanso” e regeneração natural de outras partes da área.
- Roraima possui 46% de seu território formado por terras indígenas¹; restante do território supera área do estado de PE ou somatório de AL, ES e RJ.

Histórico da identificação, demarcação e homologação

- Ago/92: grupo de trabalho para identificar e delimitar área.
- Dez/98: declarada posse permanente dos índios e autorizada demarcação.
- Abr/05: portaria ministerial retifica área a ser demarcada; Funai demarca a terra indígena; decreto presidencial homologa reserva.

Conflito pós-homologação

- A partir de abr/05: diversas ações são ajuizadas pelos não-índios (rizicultores), contestando demarcação.
- Jun/07: Supremo Tribunal Federal determina que não-índios desocupem área.
- Set/07: líderes indígenas e Governo Federal assinam carta-compromisso para evitar conflitos.
- Dez/07: rizicultores pedem a Ministério da Justiça que aguarde colheita da safra para posterior saída do território, mas não cumprem acordo.
- Mar/08: Procurador-Geral da República recomenda ao Presidente imediata retirada de não-índios da área, devido à escalada de violência.
- Mar/08: Polícia Federal inicia Operação Upakaton 3 para retirar não-índios.
- Abr/08: STF suspende qualquer operação de retirada de não-índios.

Proteção na área de fronteira

- Dec. 4.412/02 assegura livre trânsito das Forças Armadas em territórios indígenas.
- Pelotão de Fronteira de Uiramutã localizado dentro da reserva.

Economia do estado de Roraima

- Rizicultura é responsável por 1,75% do PIB de Roraima.
- Ações do Governo Federal em RR: criação de áreas de livre comércio e de três pólos de desenvolvimento; regularização fundiária; cursos de capacitação em ecoturismo; apoio na formação de professores; 16.679 ligações de energia elétrica; mais de 97 mil famílias no Bolsa Família; crescimento de 37% dos empregos formais; R\$107,2 mi em recursos do Pronaf na safra 2006/2007.

¹ São 29 terras indígenas, com uma população aproximada de 30 mil índios das etnias Ingarikó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wapixana, Waiwai, Yanomami e Ye'kuana.

INFLAÇÃO E ALIMENTOS

Alta recente da inflação, principalmente devido ao preço dos alimentos, é objeto de atenção e medidas por parte do governo

Crise Mundial de Alimentos

- Preços dos alimentos estão crescendo fortemente nos últimos três anos. Causas mais importantes: alta do preço do petróleo – que impacta óleo diesel, fretes e fertilizantes; e aumento da demanda, devido à elevação da renda, especialmente nos países emergentes.
- Outros fatores: problemas climáticos; redução de estoques, implicando maior volatilidade nos preços; especulação nos mercados financeiros em resposta à crise imobiliária americana; e desvalorização do dólar.
- No Brasil, não há problema de oferta: há 10 anos há sucessivos recordes de produção de grãos, carnes, leite, fibras e energia. Por outro lado, há forte dependência de fertilizantes: importa-se 75% do que se consome.

Impacto na inflação no Brasil

- Recente alta dos alimentos é explicada por choques (internos e externos), além da mudança estrutural no preço relativo de alguns alimentos (carne e cereais).
- Alimentos foram responsáveis por quase metade da variação da inflação de 2007.
- Em 2008, a pressão dos alimentos continua. Caso retirássemos a variação do preços dos alimentos do IPCA¹, a inflação, que foi de 5,04% nos últimos 12 meses, seria apenas 2,40%.

Medidas do Governo

- Instrumentos de apoio à agropecuária: juros mais favoráveis; seguro; preços mínimos e estoques reguladores; incentivo ao investimento em bens de capital; aumento na oferta e redução no preço dos insumos; redução do custo de transporte e logística; além de incentivo à inovação e apoio à difusão do progresso técnico.
- Aumento da meta de resultado primário: de 3,8% para 4,3% do PIB.
- Reestruturação das dívidas dos produtores rurais², da ordem de R\$ 75 bi, o que permitirá a recuperação da renda agrícola e o aumento da produção.
- Trigo, farinha de trigo e pão comum: redução a zero da alíquota de PIS/COFINS³;
- Arroz: Conab leiloou em mai/08 mais de 276 mil toneladas dos estoques públicos do produto⁴, para regular abastecimento e preço.
- Adubos, fertilizantes, defensivos e outros produtos: redução a zero da alíquota de PIS/COFINS⁵ na importação e comercialização no mercado interno.
- CIDE⁶: redução da alíquota sobre importação e comercialização de gasolina e suas correntes e diesel e suas correntes⁷.

Medida do Banco Central

- Aumento da taxa básica de juros (Selic) de 11,25% p/ 11,75% ao ano, em 16abr/08⁸.

¹ Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

² Medida Provisória nº 432, de 27mai/08.

³ Medida Provisória nº 433, de 27mai/08, para importação e comercialização no mercado interno desses produtos e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) cargas de trigo e de farinha de trigo até 31dez/08.

⁴ Governo decidiu não exportar estoques, especialmente nos próximos 6 a 8 meses, quando haverá entressafra. Estoque público dispõe de 1,3 mi de ton, e privado conta com 11,6 mi de ton Safra 2007/08 irá colher 12 mi de ton - 80% já colhida.

⁵ Decreto nº 6.461, de 21mai/08.

⁶ CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Dec nº 6.446, de 2mai/08.

⁷ De acordo com a Lei nº 10.336/2001, que instituiu a CIDE, “consideram-se correntes os hidrocarbonetos líquidos derivados de petróleo e os hidrocarbonetos líquidos derivados de gás natural utilizados em mistura mecânica para a produção de gasolina ou de diesel, de conformidade com as normas estabelecidas pela ANP”.

⁸ Nova reunião do Copom será realizada entre 3 e 4jun, data de divulgação deste Caderno.

TRABALHADORES

Crescem o salário e a renda média real. Criadas 11 milhões de oportunidades de trabalho desde 2003

Aumento de emprego e renda

- Salário mínimo nacional vigente desde 1ºmar/08: R\$ 415,00
- Salário mínimo real aumentou 53% (jan/03-mar/08).
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006.
- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri.
- 88% dos acordos salariais superaram inflação em 2007 (Dieese¹).
- Cesta básica e salário mínimo evidenciam aumento do poder de compra.
- De jan/03 a abr/08: criados mais de 8,9 milhões de novos postos formais de trabalho (Caged² e Rais³). Estimativa, a partir da Pnad e do Caged, aponta geração de 11 milhões de oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais) no período.

Conquistas dos trabalhadores

- Centrais sindicais: lei nº 11.648 (31mar/08) possibilita aos trabalhadores a participação em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite.
- Criação de 364 novos pontos da rede de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em 2007.
- Carteira de Trabalho Eletrônica (30abr/08) – registrará histórico do trabalhador (1º emprego à aposentadoria) e possibilitará consulta de saldo de FGTS, entre outras funcionalidades. Semelhante a cartão bancário.

Trabalho e juventude

- Programa ProJovem Trabalhador: jovens de 18 a 29 anos, desempregados.
- Bolsa: R\$ 100/mês (durante 6 meses), mais qualificação profissional. Ofertadas 320 mil vagas em 2008.

Igualdade de gênero

- Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: 275 mil beneficiadas, desde 2004, com emissão de documentos civis e trabalhistas.
- Salário-maternidade para desempregadas seguradas.

Habitação

- De 2003 a 2007: investidos R\$ 82 bi. Recursos federais foram R\$ 44,3 bi, beneficiando 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% delas com renda de até cinco salários mínimos.
- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS): R\$ 1 bi por ano. Em 2007, foram contratados:
 - R\$ 650 mi para urbanização de 146 assentamentos precários;
 - R\$ 304,4 mi para provisão habitacional;
 - R\$ 35,7 mi para elaboração de planos habitacionais pelos municípios; e
 - R\$ 9,7 mi na contratação de assistência técnica.
- Carta de Crédito FGTS: encargo mensal menor em financiamentos de R\$ 80 mil e menor exigência de renda familiar.
- Redução da taxa de juros para financiamentos: de 8,66% para 8,16% ao ano, para renda até R\$ 4,9 mil e imóveis com valor máximo de R\$ 130 mil.

¹ Dieese: Dep. Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

² Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

³ RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.

CESTA BÁSICA E SALÁRIO MÍNIMO

Evolução dos valores da cesta básica e do salário mínimo evidencia crescimento robusto do poder de compra do trabalhador¹

janeiro/2003 - abril/2008.

Item Cesta Básica DIEESE (a)	Janeiro 2003		Abril 2008		Variação Jan 03 - Abr 08 (%)	
	Valor Médio Nominal (R\$) (b)	Poder Aquisitivo Salário Mínimo (c=200/b)	Valor Médio Nominal (R\$) (d)	Poder Aquisitivo Salário Mínimo (e=415/d)	Valor Médio (f=d/b)	Poder Aquisitivo (g=e/c)
Carne	7,34	27	10,50	40	43	45
Leite	1,12	179	1,68	247	50	38
Feijão	2,73	73	4,63	90	70	22
Arroz	1,74	115	1,67	248	-4	116
Farinha	1,73	116	1,84	226	6	95
Batata	0,68	294	0,76	544	12	85
Tomate	1,25	160	2,51	165	101	3
Pão	4,37	46	5,57	75	27	63
Café	6,36	31	9,97	42	57	32
Banana	1,41	142	2,10	197	49	39
Açúcar	1,41	142	1,17	356	-17	151
Óleo	2,73	73	3,49	119	28	62
Manteiga	13,41	15	14,78	28	10	88

Obs.: Os valores (em R\$) dos itens da cesta básica do DIEESE são calculados por quilo, com exceção do leite e do óleo que são medidos por litro.

Fontes: DIEESE e Ipeadata.

Variação dos valores dos itens da cesta básica do DIEESE no período janeiro/2003 - abril/2008.

Item Cesta Básica DIEESE (a)	Janeiro 2003				Abril 2008	Variação Jan 03 - Abr 08 (%)		
	Valor Médio Nominal (R\$) (b)	Valor Médio Corrigido Abr 08 (R\$)			Valor Médio Nominal (R\$) (f)	IPCA (g=f/c)	INPC (h=f/d)	IGP-M (i=f/e)
		IPCA (c)	INPC (d)	IGP-M (e)				
Carne	7,34	10,03	9,99	10,47	10,50	5	5	0
Leite	1,12	1,53	1,53	1,60	1,68	10	10	5
Feijão	2,73	3,73	3,72	3,89	4,63	24	25	19
Arroz	1,74	2,38	2,37	2,48	1,67	-30	-29	-33
Farinha	1,73	2,36	2,36	2,47	1,84	-22	-22	-25
Batata	0,68	0,93	0,93	0,97	0,76	-18	-18	-21
Tomate	1,25	1,71	1,70	1,78	2,51	47	48	41
Pão	4,37	5,97	5,95	6,23	5,57	-7	-6	-11
Café	6,36	8,69	8,66	9,07	9,97	15	15	10
Banana	1,41	1,93	1,92	2,01	2,10	9	10	5
Açúcar	1,41	1,93	1,92	2,01	1,17	-40	-39	-42
Óleo	2,73	3,73	3,72	3,89	3,49	-7	-6	-10
Manteiga	13,41	18,33	18,26	19,13	14,78	-19	-19	-23

Obs.: Os valores (em R\$) dos itens da cesta básica do DIEESE são calculados por quilo, com exceção do leite e do óleo que são medidos por litro.

Fontes: DIEESE e Ipeadata.

¹ Para um melhor entendimento do impacto dos reajustes dos preços dos alimentos sobre a inflação, ver página 39.

RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

Resgatar metade da população da informalidade; reverter longa queda da participação dos salários na renda nacional e redesenhar a reforma sindical no interesse da maioria excluída

Premissa, objetivos e processo

- Saída da prensa entre economias de trabalho barato e economias de produtividade elevada pelo lado alto (escalada de produtividade, valorização e qualificação do trabalho), e não pelo lado baixo (aviltamento salarial).
- Objetivos: um regime que inclua a maioria na formalidade e que assegure o vigor, a independência e a autenticidade da representação sindical.
- Processo: discussão ampla, com toda a nação, não apenas com organizações dos trabalhadores e dos empresários.

Superação da informalidade

- Combate agressivo à fraude dos regimes legal e tributário.
- Política industrial includente voltada para empreendimentos emergentes, com aconselhamento gerencial, ampliação do crédito e extensionismo tecnológico.
- Desoneração da folha salarial.

Aumento da participação dos salários na renda nacional

- Iniciativas institucionais distintas para diferentes níveis da pirâmide salarial:
 - Para a base: desoneração de quem emprega trabalhadores sem qualificação; incentivos tributários ao emprego e à qualificação desses assalariados
 - Para o meio: estatuto para disciplinar condições mínimas de trabalho e direitos de trabalhadores terceirizados, temporários ou não-assalariados; construção de mecanismos para representar e organizar esses trabalhadores.
 - Para o topo: efetivação do princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, assegurada por acesso à contabilidade das empresas e sem converter o salário regular em remuneração variável.

Revisão do regime sindical

- Reconhecimento, em lei, o papel das centrais como organizações de âmbito nacional, inclusive como agentes capazes de negociar acordos nacionais sobre temas como vínculo entre aumento de salário e aumento de produtividade.
- Substituição do imposto sindical por regime coletivo e consensual de cobrança ("participação negocial").
- Garantia do direito e responsabilidade de representar todos os trabalhadores que atuem naquela base, com redesenho da unicidade sindical ao sindicato da categoria preponderante.
- Combate a práticas anti-sindicais.
- Organização legal da prática das negociações coletivas.

Leia a íntegra do texto no endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/nae/

PREVIDÊNCIA E TERCEIRA IDADE

Déficit diminui, gestão melhora e idosos recebem melhor atendimento

Balanço de 2008

- Em abr/08, déficit da Previdência Social caiu 8,1% ante abril/07 (de R\$ 3 bi para R\$ 2,8 bi). Regime Geral Urbano apresentou déficit de R\$ 152 mi na contabilidade tradicional e superávit de R\$ 927 mi no novo modelo que considera a renúncia fiscal – filantropia, benefícios rurais e Simples – como receita coberta pelo Tesouro.
- Déficit do 1º quadrim/08: R\$ 12,7 bi, menos 15,3% ante mesmo período de 2007.
- Superávit do 1º quadrim/08 na área urbana: R\$ 2,3 bi na nova contabilidade.

Balanço de 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento da Previdência caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)¹.
- Receitas crescem mais que despesas: em 2007, arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Resultado explicado pela melhora do mercado de trabalho formal e esforços na gestão de benefícios, como auxílio-doença e censo previdenciário.

Realizações e avanços

- Ampliação do acesso: Plano Simplificado de Previdência para contribuintes individuais e facultativos reduziu alíquota de 20% para 11%.
- Facilidades: marcação de exame médico-pericial para revisão de auxílio-doença por internet e maior atendimento a distância (internet e Central 135, com capacidade ampliada para 10 milhões de atendimentos/mês em 2007).
- Combate à fraude: censo da Previdência e criação da Receita Federal do Brasil. Forças-tarefa realizaram, entre 2003 e 2008, 152 operações. Presos 941 fraudadores, sendo 98 deles em 2008 (já realizadas 10 operações).
- Incentivo à formalização de empregados domésticos (abatimento do IR).
- Salário-maternidade para desempregadas seguradas.
- Previdência e bancos assinaram acordo que garante um ano de isenção de tarifas pelo pagamento da folha do INSS – economia anual de R\$ 250 mi.
- Previdência Social e TRF da 3ª Região (SP e MT) iniciaram, em mai/08, parceria para realização do Programa de Conciliação Previdenciária. Objetivo é solucionar processos – em grau de recurso - relacionados à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e aos benefícios rurais.
- Reajuste real de 53% (jan/03-mar/08): benefícios baseados no salário mínimo.

Idosos

- Estatuto do Idoso: ampliação do BPC² – redução da idade de 67 para 65 anos e permissão para recebimento por mais de uma pessoa da mesma família.

¹ Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

² Benefício de Prestação Continuada.

COMPARATIVO ECONÔMICO 2003-2008

Variação de indicadores econômicos selecionados revela que Brasil consolida bons fundamentos e estabilidade

Indicador	jan/2003	abr/2008	variação (%)
PIB (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanço de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	4.373	+513
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	1.744	+51
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,23	+14%
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	195.767	+420
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	3.872	+328
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	1.644	+808
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	218	-85
Juros Selic (% a.a.)	25	11,75	-53
Crédito total (% do PIB)	21,8	36,1	+66
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,69	-51
Inflação IPCA (% a.m.)	2,25	0,55	-76
Cesta básica (valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA, período jan/03 a abr/08 – em R\$)	196	202	+3
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	37,6	+31
Taxa de desocupação nas regiões metropolitanas (%)	11,2	8,5	-24
Salário mínimo real (R\$)	266	415	+56
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	122,72 ³	+33
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,6 ⁴	133,1 ⁵	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	142,48 ³	+53

¹ PIB 2002.

² PIB 2007.

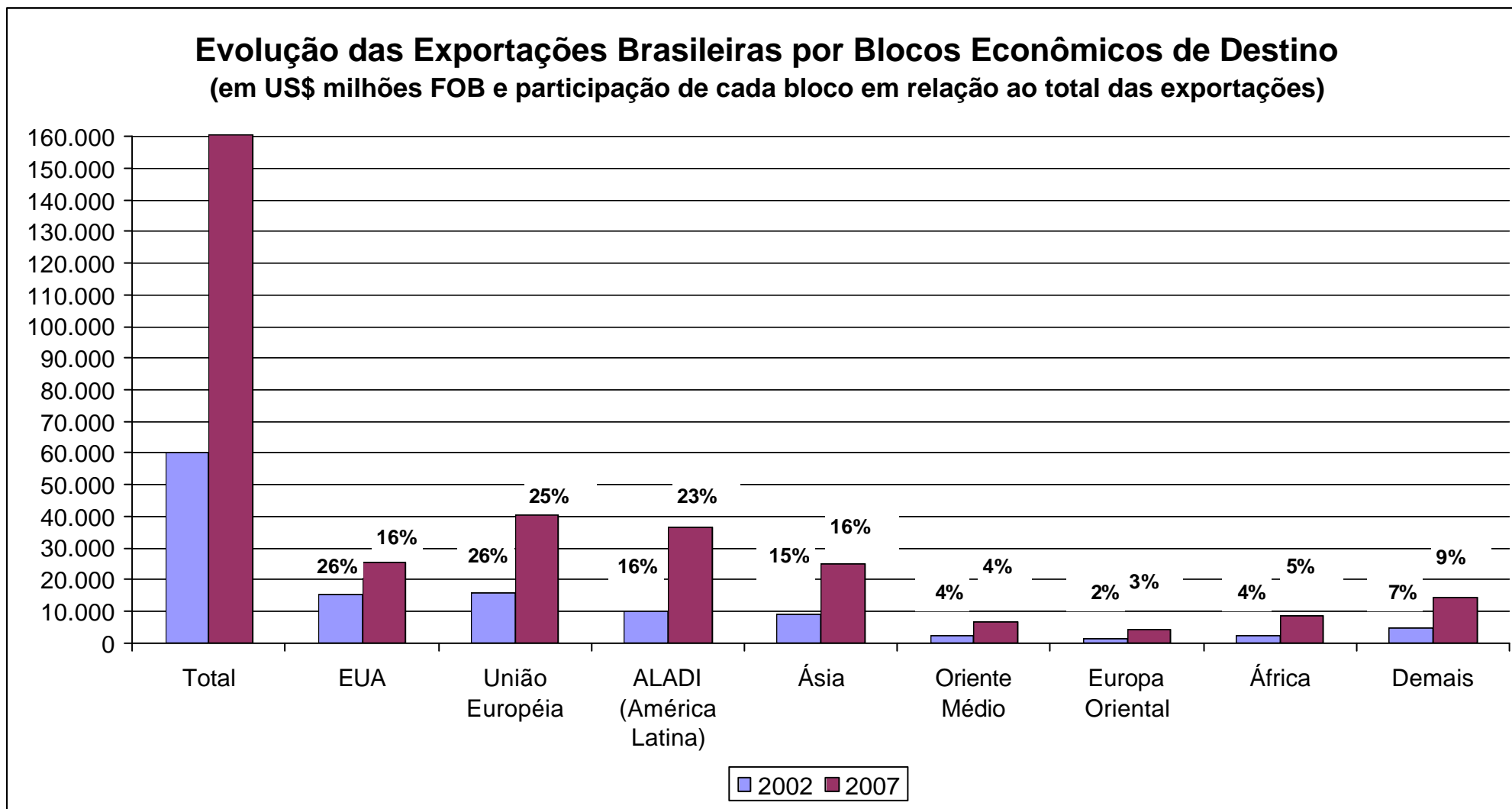
³ Março/2008.

⁴ Safra 2002.

⁵ Safra 2007.

EXPORTAÇÕES POR BLOCOS ECONÔMICOS

Evolução das exportações brasileiras por blocos econômicos de destino mostra diversificação dos parceiros comerciais



CRÉDITO

Maior oferta de crédito impulsiona consumo e crescimento do país. Relação entre crédito e PIB é a maior desde 1995. Volume total supera R\$ 1 trilhão.

Volume total de crédito do sistema financeiro

- Alcançou R\$ 1,018 tri (abr/08).
- Relação entre crédito total e PIB é de 36,1% (abr/08), maior patamar desde 1995¹.
- Aumentou 165% no período jan/03-abr/08.

Crédito para pessoa física

- Operações com recursos livres contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bi (jan/03) para R\$ 347 bi (abr/08).
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 47,7% a.a. (abr/08).

Crédito consignado

- Alcançou R\$ 70,3 bi (abr/08).
- Taxas médias de juros do crédito consignado são de 27,4% a.a. (abr/08).

Crédito imobiliário

- Créditos com recursos direcionados e livres do sistema financeiro para habitação alcançaram R\$ 49,4 bi (abr/08).

Pronaf

- R\$ 32 bi, nas safras 2003/2004 a 2007/2008.

Microcrédito

- Microcrédito Produtivo Orientado²: R\$ 3,3 bi em desembolsos (jan/03-dez/07).
- Microcrédito Produtivo e Popular³: R\$ 6,3 bi em desembolsos (jan/03-fev/08).
- Bancarização: 7,7 milhões de contas correntes simplificadas e 312 mil contas-poupanças simplificadas abertas (jan/03-fev/08).

¹ Entre os meses de nov/94 e fev/95, a relação entre crédito total e PIB foi superior a 36%. O maior valor da série do Banco Central, com início em jun/88, foi registrado em jan/95: 36,8%.

² Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (MTE) – consolidação de informações do BNB (Crediamigo), BNDES, CEF e Banco do Brasil.

³ Depósitos especiais para microcrédito (2%) destinados a microempreendedores e para uso livre (crédito popular).

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Medidas microeconômicas reduzem burocracia, aperfeiçoam marcos legais e pavimentam caminho do desenvolvimento econômico

Medidas¹ para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia

- Nova Lei de Falências (11.101/05 e LCp 118/05).
- Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional (123/06).
- Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim (11.598/07)
- Novo modelo para o setor elétrico (leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI (lei 11.080/04).
- Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (leis 10.973/04 e 11.196/05).
- Patrimônio de Afetação nas Incorporações Imobiliárias (lei 10.931/04).
- PPP (lei 11.079/04 e decretos 5.385/05 e 5.411/05).
- Abertura do Mercado de Resseguro (LCp 126/07).
- Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis (lei 11.638/07, alterando a Lei das S.A.).
- Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais (res. CMN 3.401/06 e port. 301/06).
- Obrigatoriedade da Conta Salário (res. CMN 3.402/06).
- Maior transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET) – res. CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis (lei 10.931/04).
- Execução de sentença judicial (lei 11.232/05).
- Súmula impeditiva de recursos (lei 11.276/06).
- Execuções de títulos extrajudiciais (lei 11.382/06).

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- Consignação em folha de pagamento (lei 10.820/03).
- Cédula de Crédito Bancário e Letra e Cédula de Crédito Imobiliário (lei 10.931/04).
- Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio, Certificados de Depósitos e *Warrant* Agropecuário (lei 11.076/04).
- Novo regime de tributação da Previdência Complementar (leis 11.053/04 e 11.196/05).
- Isenção de IR na troca de imóveis residenciais (lei 11.196/05).
- Juros prefixados nos financiamentos do SFH (lei 11.434/06).
- Consignado em folha para o financiamento imobiliário (decreto 5.892/06).

Em tramitação no Congresso Nacional

- PL das agências reguladoras: estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos (PL 3.337/04 – Câmara dos Deputados).
- PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (5.877/05, apensado ao 3.937/04).
- PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03).
- PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta (3.498/08 – Câmara dos Deputados).
- PLP do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (374/08 – Câmara dos Deputados).
- PEC da Reforma Tributária (233/2008 – Câmara dos Deputados).

¹ Siglas utilizadas, por ordem de citação: LCp – Lei Complementar; PPP – Parcerias Público Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

COMBUSTÍVEIS

Investimento contínuo para manter auto-suficiência em petróleo, ampliar produção de gás e garantir segurança energética

Petróleo

■ Resultados 2007

- Tupi (Bacia de Santos¹) – jazida de petróleo e gás com previsão de cinco a oito bilhões de barris.
- Entrada em operação de seis plataformas², recordes de produção (1.854 mil barris diários).
- Obras de modernização, ampliação e melhoria de oito refinarias³.
- Iniciadas obras de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, no complexo portuário e industrial de Suape (PE), em parceria com a PDVSA⁴.

■ Resultados 2008

- Início de terraplanagem da Petroquímica Suape (PE), em jan/08, e do Comperj (RJ), mar/08.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia em abr/08.
- Processamento de HBio⁵ nas refinarias Regap, Repar, Refap e Replan⁶.

■ Perspectivas 2008

- Conclusão das plataformas P-51⁷ e P-53⁸ no 3º tri/08. Operação da P-51 em dez/08.

Gás

■ Resultados 2007

- Entrada em operação de 635 km de gasodutos.

■ Resultados 2008

- Iniciada produção do campo de Peroá II (ES), em jan/08.
- Descoberta de Júpiter, na Bacia de Santos – grande jazida de gás natural e condensado, de dimensão ainda não delimitada.

■ Perspectivas 2008

- Início de operação do 1º terminal de regaseificação de Gás Liquefeito Natural em Pecém (CE), em jul/08; conclusão do terminal da Baía de Guanabara (RJ) em set/08.
- Ampliação de infra-estrutura de transporte de gás natural e início das obras dos gasodutos Cacimbas (ES)–Catu (BA), em mar/08; entrada em operação do Cabiúnas–Vitória. Dois gasodutos⁹ iniciam operação em 2008, totalizando 444 km.
- Início da produção dos campos: Camarupim e Canapu, na Bacia do ES, em dez/08.

Petróleo e gás

- Conclusão de 12 dos 50 processos licitatórios, em 2008, para elaboração de projetos, fornecimento de materiais, construção e montagem de instalações e unidades industriais para exploração, produção e distribuição de petróleo, gás e derivados.

Biocombustíveis - vide página 8 e cartilha da Petrobrás:

http://www2.petrobras.com.br/petrobras/portugues/pdf/Cartilha_Biocombustiveis.pdf

¹ Estende-se do litoral sul do Rio de Janeiro até litoral norte de Santa Catarina, passando pelo litoral de São Paulo e Paraná.

² P-52, P-54, Espadarte, Manati, Golfinho II e Piranema.

³ Refinaria Gabriel Passos (Regap) – Betim (MG), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) – Canoas (RS), Refinaria Landulpho Alves (RLAN) – Recôncavo Baiano (BA), Refinaria Duque de Caxias (Reduc) - Duque de Caxias (RJ), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) - Araucária (PR), Refinaria Henrique Lage (Revap) - São José dos Campos (SP), Refinaria de Paulínia (Replan) - Paulínia (SP), Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) – Cubatão (SP).

⁴ Petróleos de Venezuela S.A.

⁵ HBio – também chamado diesel verde, é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

⁶ As obras na Replan deverão ser concluídas ainda no primeiro semestre deste ano. Nas demais refinarias as obras já estão concluídas.

⁷ A ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo - 1 na Bacia de Campos.

⁸ A ser instalada no Campo Marlim Leste, na Bacia de Campos.

⁹ Trecho Taubaté – Japeri (247 km), do gasoduto Campinas-Rio, e trecho Catu-Itaporanga (197 km), do gasoduto Catu-Carmópolis.

ENERGIA

Mudanças no setor criam condições para garantir fornecimento de energia à sociedade e dar suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia

- Novo modelo para setor elétrico (leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e elaboração dos Planos Nacionais e Decenais de Energia.
- Crescimento econômico intensifica leilões de energia nova, com ampliação de linhas de transmissão e malha de gasodutos.
- Instituição de leilão como forma de comprar energia no mercado regulado e celebração de contratos com duração de 15 a 30 anos.

Geração e transmissão

■ **Resultados já obtidos:**

- ? Desde 2005, comercializados 15.392 MW¹ médios, em oito leilões.
- ? Geração: em 2007, agregados 3.786 MW ao sistema – entre grandes e pequenas centrais hidrelétricas e termelétricas e usinas do Proinfa².
- ? Transmissão: leilão de 1.930 km de LT³, início de construção de mais 2.240 km e concluídas 15 linhas (2.093 km) até 2jun/08.
- ? Leilão de 1.930 km de LT, com deságio médio de 54,9%.

■ **Perspectivas:**

- ? Geração: previsão de mais 2.843,8 MW agregados ao sistema em 2008, 5.592,5 MW em 2009 e 2.884,9 MW em 2010.
- ? LT monitoradas: a concluir 30 linhas (3.059km) até 31dez/08. Em 2009, 39 linhas (6.981 km).

Reservatórios

- ? O atendimento está assegurado nos patamares de segurança estabelecidos pelos órgãos de planejamento. Segundo projeções do ONS⁴, os volumes acumulados nos reservatórios ao final do mês de maio ficarão bem acima das CARs⁵.

Argentina

- ? CNPE⁶ definiu a criação de mecanismos para que o Brasil envie, em caráter excepcional, entre os meses de maio e agosto de 2008, energia elétrica à Argentina. Pelo acordo, o Brasil enviaria energia durante o inverno e receberia de volta, em outubro.

¹ MW – Megawatt. Ex.: a Usina de Itaipu tem potência instalada de 14 mil MW e 20 unidades geradoras de 700 MW cada.

² Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, com 267 MW instalados.

³ LT – Linha de transmissão.

⁴ Operador Nacional do Sistema.

⁵ Curvas de Aversão a Risco.

⁶ Conselho Nacional de Política Energética.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Ações concretas e resultados internacionalmente reconhecidos são a marca das políticas brasileiras para o meio ambiente

Combate ao desmatamento na Amazônia *

- Desmatamento: 27,4 mil km² (2004); 11,2 mil km² (ago/06 a ago/07). Queda: 59%.
- Governo respondeu rapidamente a recrudescimento a partir do 2ºsem/07:
 - Criado Grupo de Trabalho e Responsabilização Ambiental¹, com objetivo de coibir desmatamento ilegal (dez/07).
 - Novas normas legais² deram instrumentos ao governo para aumentar fiscalização, recadastrar imóveis rurais, adotar critérios ambientais para liberação de crédito e criou a co-responsabilização das cadeias produtivas que adquirirem matéria-prima proveniente de desmatamento ilegal.
- Operação Arco Verde³ (MP nº 432/08): inclusão do penhor florestal dentre as garantias convencionais de crédito rural e fixação de taxa de juros de 4% aa para operações florestais do FNO, FCO e FNE destinadas à regularização e recuperação de reservas legais degradadas.

Emissões

- CO₂: redução, em três anos, de 1,4 bilhão/ton oriundas de desmatamento.
- CFCs⁴ (clorofluorcarbonos): relatório da ONU (set/07) mostra que País foi o 5º que mais reduziu consumo entre 1995-2005 (primeiros foram China, EUA, Japão e Rússia). Substituição progressiva dos CFCs, adotada voluntariamente, evitou emissão de 360 milhões de ton de CO₂ equivalente⁵.

Florestas plantadas

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e ampliação de linhas de crédito ampliaram área de plantio, de 320 mil ha (2002) para 627 mil ha (2006).
- Entre 2006-2007, plantadas mais de 1 bilhão de árvores.

Política Nacional sobre Mudanças do Clima

- Estratégia para reduzir emissões e promover remoção de gases do efeito estufa e adaptação a impactos (positivos e negativos) das mudanças climáticas.
- Comitê Interministerial sobre Mudança no Clima (CIM) está concluindo a primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, para consulta pública, e anteprojeto de lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Eventos

- III Conferência Nacional do Meio Ambiente (mai/08), em Brasília. Tema: “Mudança do Clima”. Mais de 1.400 delegados e 500 convidados, preparada por 566 conferências municipais, 153 regionais, 26 estaduais e uma distrital, e cinco seminários.
- 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – Alemanha 2008. Governo brasileiro representado pelo MMA, MRE, MAPA e outros.

* Novos dados sobre desmatamento, recém divulgados, serão analisados no Caderno Destaques de julho.

¹Casa Civil, Advocacia Geral da União, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Ibama e Ministério do Meio Ambiente.

²Decreto 6321/2007; Instrução Normativa nº 44, de 18fev/08 e Resolução CMN nº 3.545, de 29fev/08, IN MMA Nº 1, de 29fev/08.

³Operação Arco Verde do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento foi anunciada no lançamento do PAS, em 08/05/2008. Dois eixos de ação voltados aos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia: medidas emergenciais e agenda de transição para a sustentabilidade.

⁴CFCs contribuem para a destruição da camada de ozônio e possuem potencial de aquecimento global (efeito estufa) 10.720 vezes maior que o CO₂. No Brasil, desde 2001, gás não é mais utilizado em geladeiras, aparelhos de refrigeração e outras finalidades. A única exceção é para uso clínico.

⁵“CO₂ equivalente” é medida métrica utilizada para comparar emissões de vários gases de efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global de cada um.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Dívidas do setor são equacionadas, aumentam oferta de crédito e exportações; safra 2007/2008 aponta para novo recorde

Crédito rural

- Volume quase triplicou no atual governo: de R\$ 24,7 bi em 2002/03 para R\$ 70 bi na safra 2007/08. Destes, R\$ 58 bi foram destinados à agricultura empresarial e R\$ 12 bi ao Plano Safra da Agricultura Familiar.
- Pronaf: juros subsidiados (1% a 4% aa), podendo ser menores, mediante adimplência nos pagamentos; para agronegócio, juros são de 6,75% aa.

Safra

- 2007 teve recorde de produção, com 133,1 milhões de ton de grãos. Recorde anterior era de 123,2 milhões, em 2003 (IBGE).
- Última estimativa disponível aponta para produção de 142,1 milhões de ton de grãos para a safra 2008 (IBGE/Conab).

Balança comercial do agronegócio

- Recordes históricos: em 2007, agronegócio exportou US\$ 58,4 bi e teve saldo de US\$ 49,7 bi. Desempenho decorreu de crescimento da economia mundial e do aumento de preços de importantes *commodities* da pauta de exportação.

Endividamento agrícola

- Acordo entre os Ministérios da Fazenda, da Integração Nacional, MDA e Mapa¹ e representantes do setor culminou na reestruturação de R\$ 75 bi da dívida do setor, estimada em R\$ 87,5 bi, por meio da MP nº 432, de 27mai/08.

- Com potencial de atender 2,8 milhões de contratos, espera-se que a medida fortaleça país como principal exportador mundial de produtos agrícolas.
- Renegociações realizadas: 2003/04(R\$ 30 bi); 2005/06(R\$ 14bi); 2007(R\$ 7bi).

Carne

- Fev/08: União Européia liberou importação de carne bovina brasileira por meio do credenciamento de 95 propriedades exportadoras de carne *in natura*. Espera-se que, ao longo do ano, o comércio seja restabelecido e que mais de mil propriedades sejam habilitadas.
- Mai/08: Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu oficialmente dez estados e Distrito Federal² como áreas livres de aftosa, com vacinação.
- Exportações totais de carne brasileira totalizaram US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006. Exportações de carne bovina *in natura* representaram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior ao ano anterior.

Outras medidas

- Projeto de Lei Complementar que cria Fundo de Catástrofe do Seguro Rural encaminhado ao Congresso Nacional. Proposta prevê que fundo funcione como instrumento de resseguro no caso de ocorrência de catástrofes climáticas.
- Decreto nº 6.464, de 27mai/08, dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. Adido participará de negociações internacionais, em especial assuntos sanitários e fitossanitários.

¹ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

² BA, ES, GO, MT, MG, PR, RJ, SP, SE, TO e DF. Estes estados retomam o reconhecimento vigente até 2005, quando foram diagnosticados eventos sanitários em MS e PR. Com anúncio, no total, 15 estados passam a ter reconhecimento, dos quais RS, RO e AC são reconhecidos como livres de aftosa, com vacinação, e SC, livre da doença, sem vacinação. Com relação a MS, ainda sem reconhecimento, mais informações foram encaminhadas à OIE para avaliação até julho.

MUDANÇA NO CAMPO

Entre 2003 e 2007 foram assentadas 448,9 mil famílias. Além de terra, governo faz chegar assistência e crédito ao pequeno produtor

Agricultura familiar

- Pronaf¹ cresceu 250% entre as safras 2002/2003 e 2006/2007, envolvendo recursos da ordem de R\$ 8,5 bi e 1,9 milhão de contratos.
 - Pronaf Mulher (safra 2006/2007): recursos de R\$ 62,8 mi e 10.900 contratos.
 - Pronaf Jovem, na mesma safra: R\$ 4,4 mi em 779 contratos. Plano Safra 2007/2008: limite de idade estendido de 16-25 anos para 16-29 anos.
 - Juros subsidiados: 1% a 4% ao ano, podendo diminuir devido à adimplência.
- Plano Safra da Agricultura Familiar (2007/2008): R\$ 12 bi nas diversas linhas do Pronaf, podendo beneficiar 2,2 milhões de famílias.
 - Recursos sem atraso.
 - Desburocratização: Cartão Pronaf com melhora no atendimento bancário.
 - Assistência técnica: 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
 - Criação do Seguro da Agricultura Familiar e do Garantia-Safra no semi-árido.
 - Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,3 bi entre 2004 e 2007 e implantação da linha Pronaf Comercialização.

Medidas anunciadas para o Plano Safra 2008/2009 da Agricultura Familiar:

- Disponibilizados R\$ 13 bi.
- Prevista suplementação orçamentária de R\$ 200 mi para Assistência Técnica na LOA 2008.
- Publicada MP 432, de 27mai/08, que repactua dívidas dos produtores, com medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Reforma Agrária

- Governo assentou 448,9 mil famílias entre 2003/2007, em 38 milhões de ha (equivale a 50% do total em 35 anos de história do Incra).
 - Ampliação da assistência técnica: de 85,4 mil famílias atendidas em 2002 para 555,3 mil em 2006.
 - Aumento do crédito inicial de R\$ 4,5 mil para até R\$ 13,3 mil em 2007.
 - Energia elétrica: 132,8 mil ligações efetuadas pelo Luz para Todos.
 - Educação: 218 mil pessoas beneficiadas em quatro anos.
 - Saúde: municípios com assentamentos tiveram aumento de repasses dos programas de Atenção Básica, Saúde da Família e Saúde Bucal, desde jun/04.
- Regularização fundiária: editada MP 10/2008, que trata de regularização da Amazônia Legal, dispensando o Incra de realizar licitação para regularizações fundiárias de propriedades de até 15 módulos fiscais. Cada município tem seu módulo fiscal, que varia de dez a 100 ha.

Fortalecimento do Incra

- Nomeação de 1.800 servidores, implantação do Plano de Carreira e Capacitação e nova estrutura organizacional.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Prioridade é redução das desigualdades regionais e convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas

Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – PDSA¹

- PDSA é primeiro plano específico para a região. Em articulação com Sudene, estão previstas audiências públicas para consulta e validação.

Pró-água Semi-árido e Infra-estrutura²

- Concluídos 35 sistemas³, com investimento total de R\$ 379,5 mi, beneficiando 2,5 milhões de pessoas.
- Mais dez sistemas em fase final de implantação e outros dois em fase de contratação. População atendida estimada é de 4,2 milhões de pessoas.

Projeto São Francisco - <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/projeto/index.asp>

- Destinados R\$ 687,7 mi, incluindo obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf) e diversos empreendimentos nos estados beneficiados pelo projeto.
- Continuidade do programa de Revitalização da Bacia do São Francisco está assegurada por recursos do PAC, da ordem de R\$ 1,374 bi.
- Instituição de Grupo de Trabalho no Ministério da Integração para elaboração de Plano de Desenvolvimento das Áreas de Integração e Revitalização do São Francisco, que terá 1ª versão em jun/08.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Instituída pelo Decreto 6.047/2007, objetivo é potencializar desenvolvimento de regiões e sub-regiões do País, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)

- Criação do FNDR, proposta na PEC da Reforma Tributária, está em discussão no Congresso Nacional e prevê aplicação de recursos em projetos de infra-estrutura, ciência, tecnologia e inovação, qualificação de mão-de-obra, governança, fortalecimento institucional e de capital humano.

Fundos Constitucionais de Financiamento

- Em 2007, financiamentos contratados com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) totalizaram R\$ 7,3 bi, crescimento de 4,4% ante 2006, sendo R\$ 1,1 bi aplicados pelo FNO, R\$ 4,2 bi pelo FNE e R\$ 2 bi pelo FCO.

Sudene⁴/Sudam⁵/Sudeco⁶

- Criadas as novas Sudam e Sudene. Conselhos deliberativos instalados, respectivamente, em 30mai/08 e 30abr/08.
- O PLC 119/2006, de criação da nova Sudeco, tramita no Senado Federal.

¹ Entrou no Plano Plurianual PPA 2004/07.

² Programa faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

³ Sistemas de captação, condução e distribuição de água.

⁴ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

⁵ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁶ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Cresce o Brasil, ganham os municípios: relações dão salto de qualidade, com cumprimento de compromissos e significativo aumento de repasses

Aumento dos recursos municipais

- Efeitos do crescimento econômico:
 - FPM¹ passou de R\$ 25,1 bi em 2004 para R\$ 34,6 bi em 2007.
 - ISS² passou a representar fatia mais significativa das Receitas Próprias Municipais: de 40,3% em 2004 para 45,1% em 2006.
- Transferências reajustadas acima da inflação³:
 - Partilha da Cide⁴, de R\$ 322,1 mi em 2004, para R\$ 465,4 mi em 2007.
 - Recursos para saúde, de R\$ 15,6 bi em 2004, para R\$ 19 bi em 2007.
 - Recursos do salário-educação, de R\$ 1,6 bi em 2004, para R\$ 2,3 bi em 2007. Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).

Recursos injetados por programas sociais em 2007

- Bolsa Família e BPC⁵: R\$ 9 bi e R\$ 11,5 bi, respectivamente.

Compromissos assumidos em 2006 e já cumpridos

- Ampliação de 1% do FPM.
- Lançamento da Agenda Social.
- Estruturas de atendimento, como Sasf⁶ e Salas das Prefeituras/CEF.
- Envio de nova proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional.
- Lançamento do PDE e acompanhamento no CAF⁷.
- Fundeb: R\$ 48 bi em 2007 e R\$ 61 bi em 2008.
- PAC Habitação: R\$ 1,02 bi para 1.053 municípios de 26 estados.
- PAC Saneamento: R\$ 12,56 bi em 2007, 976 projetos.
- Lançamento do Programa Mais Cultura - R\$ 4,7 bi até 2010.
- Lançamento do Programa Territórios da Cidadania.
- Lei dos Consórcios Públicos; Marco Regulatório do Saneamento; Sistema Único de Assistência Social - Suas; Sistema Nacional de Cultura.

Anúncios do Presidente na Marcha dos Prefeitos 2008

- Portal de Convênios - simplifica acesso a programas federais.
- Provias: mais R\$ 500 mi para aquisição de máquinas.
- Comitê Gestor ITR⁸ - concluirá transferência da cobrança para os municípios.
- GT Interministerial de apoio à transição governamental dos municípios.
- Envio ao Congresso do PL 736/07 do Transporte Escolar Rural.
- Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios.

1 Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de Dez/07.

2 Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

3 Inflação medida pelo IPCA. Valores a preços de dez/07.

4 CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

5 Benefício de Prestação Continuada, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

6 Sistema de Assessoria Federativa em cada órgão da administração pública federal.

7 CAF – Comitê de Articulação Federativa – vinculado à Presidência da República – visa o aprimoramento da relação federativa entre a União e os Municípios.

⁸ ITR – Imposto Territorial Rural.

AQUICULTURA E PESCA

Ações do governo para desenvolvimento sustentável do setor geram inclusão social e soberania alimentar

Articulação institucional

- Criação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca em 2003.
- A Seap¹ fez acordos de cooperação técnica com governos estaduais para formar parcerias e promover integração para desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.
- Áreas beneficiadas: pesquisa, assistência técnica, implantação de infra-estrutura e capacitação de pescadores e aquicultores.
- Acordos já formalizados: Ceará, Bahia, Alagoas e Paraná.

Infra-estrutura

- Entregues 13 fábricas de gelo às comunidades pesqueiras.
- Acesso ao gelo possibilita conservar pescado, melhorar condições de comercialização e agregar valor ao produto, melhorando renda do pescador.
- Ao custo de R\$ 262,2 mil, fábrica tem capacidade para produzir três ton/dia.
- A estrutura é do tipo skid (pré-moldada e móvel). Além dos equipamentos para produção de gelo e de silo de armazenagem, unidade tem escritório.
- Pescadores passam por treinamento para fazer auto-gestão da unidade. Outras 21 fábricas do mesmo tipo, já adquiridas pela Seap, devem entrar em funcionamento ainda em 2008.

Dívidas do setor pesqueiro e aquícola renegociadas

- Renegociação bancária dos débitos dos pescadores e aquicultores inadimplentes com os financiamentos públicos.
- Definição das normas de refinanciamento, através da Medida Provisória nº 432/2008, encaminhada ao Congresso, evitando a paralisação da produção, e mantendo os tomadores de crédito aptos a contratar novos financiamentos.
- Desembolso de cerca de R\$ 400 mi de recursos públicos para a atividade pesqueira e aquicultura.

Parques aquícolas²

- Implantação ordena o aproveitamento de águas da União para produção de pescado, com geração de renda e alimento.
- Concluído edital para selecionar cerca de 800 famílias para receber “lotes” de água do açude do Castanhão (CE), para criação de pescado. Cessão será gratuita e vale por período renovável de 20 anos. Cada “lote” terá área de 1,2 mil m² de espelho d’água do lago.

Campanha de incentivo ao consumo do pescado

- Semana do Peixe ocorre desde 2003. Todos os anos é estimulado o consumo do pescado com ofertas e promoção em supermercados (parceria com a Abras³ e Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária).
- Semana do peixe se realizará entre 25 de agosto e 7 de setembro de 2008.

¹ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

² Demarcação de áreas de águas da União - barragem ou lagos - para criação de peixes.

³ Associação Brasileira dos Supermercados.

HABITAÇÃO

Ampliação de financiamentos beneficia especialmente população de baixa renda, dinamizando indústria da construção civil

Impacto

- De 2003 a 2007 foram R\$ 82 bi em investimentos habitacionais. Recursos federais da ordem de R\$ 44,3 bi, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda de até cinco salários mínimos. Investimentos privados – R\$ 37,8 bi – cresceram no período mais de 700%.
- Em 2008, foram alocados R\$ 12,5 bi em habitação, sendo R\$ 4,9 bi oriundos de programas geridos pelo governo federal¹, que beneficiaram cerca de 300 mil famílias.

Baixa renda

- FNHIS²: R\$ 1 bi/ano. Em 2007, foram destinados R\$ 650 mi para urbanização de 146 assentamentos precários; R\$ 304,4 mi para provisão habitacional; R\$ 35,7 mi para elaboração de planos habitacionais pelos municípios; e R\$ 9,7 mi na contratação de assistência técnica. Em 2008, foram destinados R\$ 395,4 mi para urbanização de 103 assentamentos precários; R\$ 443,9 mi para provisão habitacional; R\$ 16,3 mi para elaboração de planos locais para município e estados; e R\$ 15,3 mi na contratação de assistência técnica³.
- Programa Crédito Solidário (juro zero): de 2005 a 2007, foram financiados R\$ 209,1 mi para um total de 48.796 beneficiários. Em 2008, financiados R\$ 47,2 mi para um total de 11.068 beneficiários. Previsão para final de 2008 é de R\$ 190 mi em financiamento para um total de 38 mil beneficiários.
- Programa Papel Passado: 1,5 milhão de famílias⁴ com processos de regularização iniciados, em 2.388 assentamentos de 370 municípios. Entregues 330 mil títulos⁵. Em 2007, investidos R\$ 9,8 mi em ações que envolvem elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades de regularização.

Classe média

- Financiamento da CEF passou de 20 para 30 anos.
- Carta de Crédito FGTS: menor encargo mensal em financiamentos de R\$ 80 mil e exigência de menor renda familiar.
- Redução da taxa de juros para financiamentos: de 8,66% para 8,16% ao ano, para renda até R\$ 4,9 mil e imóveis com valor máximo de R\$ 130 mil (a depender da cidade)⁶.

Incentivo ao setor da construção civil

- Benefícios fiscais: redução de alíquotas e eliminação de IPI de produtos da cesta básica de material de construção, agora com taxa zero.
- Financiamento imobiliário com taxas pré-fixadas (TR facultativa).
- Crédito consignado para financiamento da casa própria.
- Linha de crédito da CEF para financiamento da produção imobiliária.

¹ Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (Individual e Associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e Pró-Moradia. Estão somados os valores da seleção do FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

² Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

³ Prevista a continuidade da sistemática 2008 (regras para apresentação de propostas) para ação de apoio à elaboração de planos habitacionais, no total de R\$ 10 mi, e seleção para nova ação Produção Social da Moradia, no valor de R\$ 100 mi.

⁴ Famílias com processos iniciados: 1.499.600.

⁵ Títulos concedidos: 330.664. Destes, 107.575 registrados em cartório. Dados contabilizados até abr/08.

⁶ Res. 535, de 1ºago/07, do Conselho Curador do FGTS.

SANEAMENTO

Investimentos federais em saneamento são retomados e ampliados, consolidando-se como uma das grandes prioridades do PAC

Resultados em 2007

- Recursos previstos para investimentos¹ em saneamento básico totalizaram, em 2007, mais de R\$ 10,4 bi: R\$ 3,1 em recursos onerosos² e R\$ 7,3 bi em recursos não onerosos³.
- Comparação de recursos programados em 2007 com média de anos anteriores (2003 a 2006): aumento de 17,67% na disponibilidade de recursos onerosos e 132,94% de não onerosos; incremento total de 79,11%.
- Retomada de investimentos no setor está sendo consolidada pelo PAC, que amplia consideravelmente os recursos para os próximos anos (2008 a 2010), promove regularidade e previsibilidade na oferta de recursos, favorecendo o planejamento setorial.
- Dos R\$ 10,4 bi disponíveis, foram comprometidos⁴ R\$ 10,2 bi⁵ e desembolsados⁶ R\$ 3,5 bi. Em relação à média dos anos anteriores (2003 a 2006), houve em 2007 crescimento de 278% nos valores comprometidos e de 105% nos desembolsados.
- O excelente desempenho dos compromissos de gastos se justifica, em grande medida, pelo aumento expressivo da disponibilidade de recursos pelo PAC, especialmente de recursos não onerosos.
- Estima-se que recursos comprometidos beneficiarão cerca de 2,8 milhões de famílias e gerarão mais de 542 mil empregos.
- Além disso, a prioridade conferida aos recursos do PAC impede que seus empreendimentos sofram contingenciamentos orçamentários e financeiros⁷.

Obras

- Até dez/2007, existiam no país 2.315 obras de saneamento em andamento apoiadas por recursos federais diretos ou financiadas – uma carteira de investimentos de R\$ 7,67 bi.
- Desembolsos realizados entre jan/03 e dez/07 permitiram concluir 5.463 obras em todo o país – investimentos da ordem de R\$ 1,85 bi.

¹ Fonte: Documento “Gasto Público em Saneamento Básico – Governo Federal e Fundos Financiadores, Relatório de Aplicações de 2007”, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento>. A Funasa é responsável pela infra-estrutura de saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes.

² Recursos onerosos, neste caso, são provenientes de financiamentos e têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico.

³ Recursos não onerosos, neste caso, são oriundos da Lei Orçamentária Anual – Orçamento Geral da União e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União.

⁴ Compromissos de gastos firmados, que expressam os contratos de financiamento onerosos firmados e os empenhos no Orçamento Geral da União para os recursos não onerosos (sinalizam os investimentos futuros comprometidos).

⁵ 48,23% oriundos de fontes não onerosas e 51,77% de fontes onerosas.

⁶ São os gastos efetivamente realizados, condicionados, em sua maioria, à execução física das etapas dos empreendimentos.

⁷ Os reflexos deste incremento nos compromissos de gasto sobre os desembolsos deverão ser observados quando as etapas dos empreendimentos forem efetivamente executadas pelos proponentes.

INCLUSÃO DIGITAL

Ampliação do acesso à banda larga, barateamento de computadores e investimento em escolas e telecentros popularizam internet

Programa Banda Larga nas Escolas – Lançamento: 8abr/08

- Decreto 6.424, de 4abr/08, obriga concessionárias de telefonia fixa a implantar infra-estrutura de internet em banda larga nos 5.564 municípios do País.
- Em três fases (40% em 2008, 80% em 2009 e o total em 2010), serão doados *modems* e serviços de conexão à internet de alta velocidade a 56,7 mil escolas públicas, atendendo 86% dos alunos do Ensino Básico.

Computador para Todos

- PIS/Cofins reduzidos (9,25%); financiamento; garantia de 15h de conexão discada a R\$ 7,50 (tarifa 84% menor que a normal).
- *Notebook*¹ para professor do Ensino Básico da rede pública: financiamento e logística para aquisição – 30% no primeiro ano (600 mil professores).
- Brasil ocupa 1º lugar em comercialização de PCs² na América Latina (47,3%) e 5º no mundo, com previsão de ser o 3º em 2010.
- Em 2007, foram comercializados 10 milhões de PCs (24,4% a mais que em 2006); venda de *notebooks* aumentou 183% ante 2006, a de *desktops*, 7%. Estimativa para 2008: 11,7 milhões de PCs (17% a mais que em 2007).
- Cai participação do mercado *clone*³ no mercado de computadores, de 64% em 2004 para 35% em 2007.

Um Computador por Aluno - UCA

- 2007: experimentos iniciais em cinco escolas públicas (Porto Alegre, São Paulo, Palmas, Piraí e Brasília).
- 2008: projeto-piloto com licitação de 150 mil *notebooks* para cinco escolas estaduais por estado (pelo menos uma rural); uma a cinco escolas municipais em cada estado; e cinco municípios completos (máximo de 5 mil professores e alunos).

Telecentros comunitários

- Doação de 5.400 *kits* de telecentro para municípios em 2008, Casa Brasil, Centros Vocacionais Tecnológicos, Centros de Inclusão Digital, Pontos de Cultura, Telecentros de Informações e Negócios, Computadores para a Inclusão, Telecentros Maré, Quiosque Cidadão, Telecentros Serpro, Rede BB, Estações Digitais da Fundação BB.
- Observatório Nacional da Inclusão Digital – para registro, acompanhamento, articulação e avaliação dos telecentros.

¹ Computador portátil.

² *Personal Computer* – computador pessoal.

³ Mercado *clone*: mercado no qual máquinas são montadas com componentes adquiridos ilegalmente, geralmente por empresas que não possuem o Processo Produtivo Básico (PPB).

ESPORTES

Políticas para o desporto consolidam-se como instrumentos complementares para redução da desigualdade e vulnerabilidade social

Programas

■ Segundo Tempo (lançado em 2003)

- Oferece atividades esportivas e educativas no contraturno da escola.
- Crianças recebem café reforçado e almoço ou almoço e lanche.
- Atendeu, entre 2003 e abr/08, 2,9 milhões de crianças e adolescentes.
- Presente em 1.185 municípios de 26 estados e Distrito Federal.
- Implantado em Angola e Moçambique; fase de avaliação técnica no Haiti.

■ Pintando a Liberdade (lançado em 1999)

- Promove ressocialização de internos do sistema penitenciário, profissionalizando-os no ofício de confecção de materiais esportivos. Detentos são remunerados e obtêm remissão de um dia em sua pena, a cada três trabalhados.
- Contribui com ressocialização e profissionalização de 12.700 detentos.
- Entre 2003-2007, programa passou de 16 para 73 unidades prisionais.
- Produzidos, entre 2003-2007, 1,76 milhão de itens de materiais esportivos.

■ Pintando a Cidadania (criado em 2004¹)

- Objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos.
- Já beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos, entre 2004-2007, 3,49 milhões de itens em 23 unidades de áreas carentes.

■ Esporte e Lazer na Cidade (lançado em 2003)

- Programa focado em pesquisa, informação, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer de inclusão social.
- Realizadas duas chamadas públicas: uma para projetos de núcleos de esporte recreativo e de lazer e do Vida Saudável, com 960 inscritos; outra para projetos de pesquisa do esporte recreativo e do lazer (Rede Cedes), com 60 projetos inscritos. Ambos em fase final de seleção.
- Orçamento de 2008 para Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer é de R\$ 7,1 mi, mais R\$ 21,1 mi de emendas parlamentares. Meta é financiar 404 núcleos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas.
- Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer para Idosos/Vida Saudável receberam R\$ 3,2 mi, para financiar 81 núcleos, beneficiando 80.000 idosos.
- Recursos para desenvolver esporte recreativo e lazer/Rede Cedes são de R\$ 1 mi e financiarão 22 pesquisas.

■ Bolsa-Atleta (lançado em 2005)

- Concedeu auxílio financeiro a 3.945 atletas de alto rendimento sem patrocínio. Em 2007, foram 2.712 bolsas.
- Orçamento previsto para 2008 é de R\$ 21 mi.
- Inscrições começaram em abr/08 e irão até 4jun/08 (já há 2.330 inscritos).

Timemania

- Loteria ajuda clubes de futebol a pagar dívidas com União. Após quitação dos débitos, receberão repasse dos recursos. Primeiro sorteio em 1ºmar/08.

¹ O Pintando a Cidadania é uma ação do Projeto Pintando a Liberdade.

4 – ESTUDOS, PESQUISAS, ARTIGOS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
1. Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma (3jun/08)	61
2. Artigo: Mais comida – e muito mais comensais, por Rubens Ricupero	67
3. Conselhos e Conferências Nacionais 2003 a 2008	71
4. Pnad 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	73
5. ODM – Relatório 2007 – Pnud	74

Fique atualizado, consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

PRONUNCIAMENTO DO PR

Reunião de Alto Nível da FAO¹ sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia. Roma, Itália, 3 de junho de 2008

Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República

Estamos aqui reunidos para debater soluções para o problema da segurança alimentar mundial.

A segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do meu Governo. Em 2003, lancei um programa pioneiro, o Fome Zero, que permitiu que milhões de brasileiros, antes submetidos à condição de miseráveis, tenham passado a comer três refeições por dia.

Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres com o objetivo de encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição.

Desenvolvi, com eles, formas criativas de fazer que recursos hoje utilizados na produção de armamentos ou na busca de lucros exorbitantes por meio da especulação financeira pudessem ser canalizados para o mais humanitário dos objetivos: dar de comer a quem tem fome.

Fizemos progressos. Conseguimos, por exemplo, criar um mecanismo para atender as necessidades de tratamento contra doenças endêmicas nos países mais pobres.

Mas o que fizemos é muito pouco em relação à enormidade da tarefa. Quero lembrar aos senhores que, todas as noites, mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo vão dormir com fome, o que é uma indignidade e um insulto à humanidade.

Apesar do amplo trabalho técnico e da vontade política de alguns líderes, resistências de todo tipo continuam a antepor-se a soluções inovadoras.

Reunimos na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, sessenta Chefes de Estado e altos representantes de mais de cem países, que aprovaram um documento que propunha medidas ao mesmo tempo viáveis e audaciosas.

Mas, findas as reuniões e apagadas as luzes, parece que as pessoas voltam-se para seus afazeres do dia-a-dia. E aí a fome é esquecida, para ser lembrada apenas quando ocorre uma explosão como a das últimas semanas.

Não nos enganemos: não haverá solução estrutural para a questão da fome no mundo enquanto não formos capazes de direcionar recursos para a produção de alimentos nos países pobres. E, simultaneamente, eliminar as práticas comerciais desleais que caracterizam o comércio agrícola.

O problema da fome agravou-se nos últimos tempos com a forte elevação dos preços dos alimentos. Em alguns países, multidões, desesperadas com a falta de comida, saíram às ruas, para protestar e exigir providências das autoridades.

Estamos diante de um problema grave e delicado. E, para enfrentá-lo, temos de compreender suas verdadeiras causas.

Tomemos um exemplo especialmente dramático, o do Haiti. Este país – o mais pobre do continente americano – chegou a ser um dos maiores produtores de arroz da região caribenha. Entretanto, políticas macro-econômicas impostas de fora que

¹ FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia. Roma, Itália, 3 a 5 de junho de 2008.

PRONUNCIAMENTO DO PR

privilegiavam exclusivamente o aspecto monetário, somadas à disponibilidade de alimentos altamente subsidiados em outros países, levaram ao abandono do plantio do arroz no Haiti, com as trágicas conseqüências que conhecemos.

Para entender plenamente as verdadeiras razões da atual crise alimentar, é indispensável, portanto, afastar a cortina de fumaça lançada por lobbies poderosos, que pretendem atribuir à produção de etanol a responsabilidade pela recente inflação do preço dos alimentos.

Mais do que uma simplificação, trata-se de uma burla, que não resiste a uma discussão séria.

A verdade é que a inflação do preço dos alimentos não tem uma única explicação. Resulta de uma combinação de fatores: a alta do petróleo, que afeta os custos dos fertilizantes e dos fretes; as mudanças cambiais e a especulação nos mercados financeiros; as quedas nos estoques mundiais; o aumento do consumo de alimentos em países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e tantos outros; e, sobretudo, a manutenção das absurdas políticas protecionistas na agricultura dos países ricos.

Talvez a maior novidade – muito bem-vinda, diga-se de passagem – seja o fato de que mais pessoas estão comendo. Os pobres na China, na Índia, na África, na América Latina e no Caribe, inclusive no Brasil, estão comendo mais. E isso é muito bom.

O fato é que multidões de novos consumidores estão se incorporando aos mercados. Grandes países antes considerados pobres estão se desenvolvendo a taxas vigorosas e, com isso, melhorando a vida de seus povos. Esse fenômeno, de enorme importância, veio para ficar.

Outro fator essencial na alta do preço dos alimentos é a disparada dos preços do petróleo. É curioso: muitas pessoas falam da alta dos preços dos alimentos, mas ficam mudas na hora de analisar o impacto da alta do preço do petróleo nos custos de produção dos alimentos. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com a outra. E qualquer pessoa bem-informada sabe que não é bem assim.

Vamos aos números. No Brasil, em cada grão de feijão, de arroz, de milho, de soja, ou em cada litro de leite, o petróleo é responsável por 30% do custo final.

E olhem que estou falando do Brasil, onde o petróleo representa apenas 37% da nossa matriz energética. No meu país, mais de 46% da energia vem de fontes renováveis, como a cana de açúcar e as usinas hidrelétricas.

Mas, mesmo assim, o petróleo pesa muito no custo das lavouras brasileiras. Aí, eu me pergunto: e quanto não pesa o petróleo no custo de produção de alimentos de outros países que dele dependem muito mais do que nós? Ainda mais quando se sabe que, nos últimos anos, o preço do barril saltou de 30 para mais de 130 dólares.

É necessário tomar providências. Por isso mesmo, na semana passada, os chefes de governo da América Central, em reunião com o Brasil, decidiram pedir às Nações Unidas a convocação urgente de uma Conferência Internacional para discutir o assunto.

Outro fator decisivo para a alta dos alimentos é o intolerável protecionismo com que os países ricos cercam a sua agricultura, atrofiando e desorganizando a produção em outros países, especialmente os mais pobres. A chamada crise mundial de alimentos é, acima de tudo, uma crise de distribuição.

PRONUNCIAMENTO DO PR

É preciso produzir mais e distribuir melhor. O Brasil, como potência agrícola, está empenhado em aumentar sua produção.

Mas de que adiantará produzir, se os subsídios e o protecionismo tolhem o acesso aos mercados, mutilam a renda e inviabilizam a atividade agrícola sustentável?

Alguns países especialmente bem dotados de recursos e que desenvolveram tecnologias avançadas até podem, por meios de ganhos extraordinários de produtividade, vencer as injustificadas barreiras e distorções criadas pelas economias mais ricas do mundo.

Mas que dizer das economias mais pobres, que lutam para manter uma agricultura de subsistência em meio a dificuldades de financiamento, irrigação, insumos, como é o caso de muitas economias africanas?

Os subsídios criam dependência, desmantelam estruturas produtivas inteiras, geram fome e pobreza onde poderia haver prosperidade. Já passou da hora de eliminá-los.

A superação dos entraves atuais requer uma conclusão bem-sucedida, o quanto antes, da Rodada de Doha da OMC. Um acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras. Que permita aos países mais pobres gerar renda com sua produção e exportação.

A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação.

É o que o Brasil tem procurado fazer com seus parceiros do mundo em desenvolvimento, sobretudo com a África, a América Central e o Caribe. A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

O Brasil tem insistido no enorme potencial dos biocombustíveis. Eles são decisivos no combate ao aquecimento global. E podem jogar um papel importantíssimo no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres. Os biocombustíveis geram renda e empregos, sobretudo no campo, ao mesmo tempo que produzem energia limpa e renovável.

É, portanto, com espanto que vejo tentativas de criar uma relação de causa e efeito entre os biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos.

É curioso: são poucos os que mencionam o impacto negativo do aumento dos preços do petróleo sobre os custos de produção e transporte dos alimentos.

Esse comportamento não é neutro nem desinteressado. Vejo com indignação que muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão. Vejo com desolação que muitos dos que responsabilizam o etanol – inclusive o etanol da cana-de-açúcar – pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas, em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo.

Os biocombustíveis não são o vilão que ameaça a segurança alimentar das nações mais pobres. Ao contrário, desde que desenvolvidos de forma criteriosa, de acordo com a realidade de cada país, podem ser um instrumento importante para gerar renda e retirar países da insegurança alimentar e energética. O Brasil é um exemplo disso.

A produção brasileira de etanol à base de cana-de-açúcar ocupa uma parte muito pequena de terras agricultáveis e não reduz a área de produção de alimentos.

PRONUNCIAMENTO DO PR

E para que não se alegue que estou usando estatísticas apenas brasileiras, cito aqui alguns dados do relatório de 2007 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sobre a produção de etanol no Brasil. O Brasil tem 340 milhões de hectares de terras agrícolas: 200 milhões são de pastagens e 63 milhões de lavouras, dos quais apenas 7 milhões de hectares de cana. Metade é usada na produção de açúcar. A outra metade, em torno de 3,6 milhões de hectares, é destinada à produção de etanol.

Ou seja, toda a cana do Brasil está em 2% da sua área agrícola, e todo o seu etanol é produzido em apenas 1% dessa mesma área.

Alguns críticos dizem que a produção de etanol está levando a cana a invadir áreas de lavouras. Essas críticas não têm qualquer fundamento.

Desde 1970, quando lançamos nosso programa de etanol, a produção do etanol de cana por hectare mais do que dobrou.

Por outro lado, de 1990 para cá, nossa produção de grãos cresceu 142%. Já a área plantada expandiu-se no mesmo período apenas 24%. Ou seja, no fundamental, nossa produção de grãos cresceu graças a um espetacular aumento de produtividade.

Assim, não se sustenta a afirmação de que o crescimento da produção de etanol no Brasil se faz às expensas da produção de alimentos.

A produção de etanol e a produção de alimentos são filhas da mesma revolução, que, nas últimas décadas, vem transformando o campo brasileiro, graças ao engenho de nossos pesquisadores e ao espírito empreendedor dos agricultores brasileiros. Revolução que fez do Brasil uma referência mundial em tecnologia de agricultura tropical.

Há críticos ainda que apelam para um argumento sem pé nem cabeça: os canaviais no Brasil estariam invadindo a Amazônia. Quem fala uma bobagem dessas não conhece o Brasil.

A Região Norte, onde fica quase toda a Floresta Amazônica, tem apenas 21 mil hectares de cana, o equivalente a 0,3% da área total dos canaviais do Brasil.

Ou seja, 99,7% da cana está a pelo menos 2 mil quilômetros da Floresta Amazônica. Isto é, a distância entre nossos canaviais e a Amazônia é a mesma que existe entre o Vaticano e o Kremlin.

Além disso, ainda há no Brasil 77 milhões de hectares de terras agrícolas – fora da Amazônia, bem entendido –, que ainda não estão sendo utilizados. Isso equivale a pouco menos que os territórios da França e da Alemanha, juntos. E ainda temos 40 milhões de hectares de pastagens subutilizadas e degradadas, que podem ser recuperadas e destinadas à produção de alimentos e cana.

Em suma, o etanol de cana no Brasil não agride a Amazônia, não tira terra da produção de alimentos, nem diminui a oferta de comida na mesa dos brasileiros e dos povos do mundo.

Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível, se para isso tiver de ficar de estômago vazio.

Por outro lado, é evidente que o etanol do milho só consegue competir com o etanol de cana quando é anabolizado por subsídios e protegido por barreiras tarifárias.

PRONUNCIAMENTO DO PR

O etanol da cana gera 8,3 vezes mais energia renovável do que a energia fóssil empregada na sua produção. Já o etanol do milho gera apenas uma vez e meia a energia que consome.

É por isso que há quem diga que o etanol é como o colesterol. Há o bom etanol e o mau etanol. O bom etanol ajuda a despoluir o planeta e é competitivo. O mau etanol depende das gorduras dos subsídios.

O etanol brasileiro é competitivo porque temos tecnologia, temos terras férteis, temos sol em abundância, temos água, e temos agricultores competentes. E isso não é privilégio nosso. Boa parte dos países da África, da América Latina e do Caribe, além de alguns países asiáticos, reúne condições semelhantes. E, com cooperação, transferência de tecnologia e mercados abertos, pode também produzir etanol de cana ou biodiesel com sucesso, gerando emprego, renda e progresso para suas populações.

Ou seja, a “revolução dourada”, que combina terra, sol, trabalho e tecnologia de ponta, pode ocorrer também em outros países em desenvolvimento. As savanas africanas, por exemplo, são muito parecidas com o Cerrado brasileiro, onde se registram altíssimos índices de produtividade.

Está na hora de os analistas políticos e econômicos avaliarem corretamente a capacidade de contribuição dos países em desenvolvimento na questão de alimentos, energia e mudanças climáticas.

Cerca de 100 países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável. Esses países terão de fazer seus estudos e decidir se podem ou não produzir biocombustíveis, e em que extensão. Precisarão definir as plantas mais adequadas e escolher projetos em função de critérios econômicos, sociais e ambientais.

São decisões importantes. Que devem ser tomadas por eles próprios. E não por outros países ou por entidades que muitas vezes ecoam – até mesmo de boa-fé – os interesses da indústria petroleira ou dos setores agrícolas habituados aos subsídios e ao protecionismo.

O mundo precisa decidir também como lidar com a gravíssima ameaça que representa o aquecimento global. Uma ameaça que requer uma resposta firme e coesa de toda a humanidade. Em Quioto, o mundo reagiu de forma madura e responsável. Infelizmente, alguns países recusaram-se a assumir compromissos e metas de redução de emissão de dióxido de carbono.

Apesar de tudo, Quioto foi um marco. A humanidade tomou consciência de que era necessária uma ação forte e organizada para salvar o planeta. Infelizmente, é mais fácil emitir alertas do que mudar hábitos de consumo e acabar com desperdícios. É mais fácil pôr a culpa nos outros do que fazer as mudanças necessárias, que ferem interesses estabelecidos.

Assim, parece que, nos últimos tempos, as vozes dos que clamam por uma redução nas emissões de dióxido de carbono estão ficando mais fracas.

É lamentável. Não podemos ser irresponsáveis com o futuro dos nossos filhos e netos, com o futuro do planeta. O mundo não pode continuar queimando combustíveis fósseis ao ritmo atual.

No Brasil, fizemos uma pesquisa comparando as emissões de CO₂ de um carro movido a etanol com outro movido a gasolina – usamos o mesmo modelo, o mesmo motor, a mesma estrada, a mesma velocidade. O carro movido a gasolina

PRONUNCIAMENTO DO PR

emite 250 gramas de CO₂ por quilômetro, uma emissão oito vezes e meia superior à do veículo a etanol. Na comparação do diesel com o biodiesel, constatamos que o caminhão movido com combustível fóssil emitiu 5,3 vezes mais dióxido de carbono do que aquele movido a biodiesel.

Além disso, as plantas utilizadas na produção de biocombustíveis, durante a sua fase de crescimento, são também responsáveis pelo seqüestro de grande quantidade de dióxido de carbono. O etanol não é apenas um combustível limpo. É também um combustível que limpa o planeta enquanto está sendo produzido.

Por tudo isso, é necessário um debate sério e equilibrado sobre os biocombustíveis e o aquecimento global. Nesse sentido, estou convidando autoridades, cientistas e representantes da sociedade civil de todos os países para a Conferência Internacional de Biocombustíveis, no próximo mês de novembro, em São Paulo.

Baratear a energia e os fertilizantes e acabar com os subsídios intoleráveis da agricultura nos países ricos – estes são nossos maiores desafios hoje.

Nesses últimos 30 anos, houve uma verdadeira revolução silenciosa na agricultura de muitos países, sobretudo nos trópicos. Esta revolução pode beneficiar a todos, ricos e pobres, sem distinção. Pode também trazer ferramentas, soluções e alternativas para atender à demanda crescente de centenas de milhões de pessoas.

A expansão da agricultura de países em desenvolvimento, como o Brasil, muda a dimensão dos problemas. Mudam as rotas e as estratégias para solucioná-los.

A visão de segurança que prevalece no mundo de hoje está centrada no controle e na garantia do território, da oferta de alimentos e da oferta de energia.

Os subsídios à produção agrícola e as barreiras comerciais, que tanto têm retardado o crescimento da agricultura dos países mais pobres, são também conseqüências dessa visão.

É preciso reconhecer que, se a agricultura dos países em desenvolvimento tivesse sido estimulada por um mercado livre, talvez não estivéssemos vivendo essa crise de alimentos.

Precisamos reformular visões, reciclar idéias. Devemos trabalhar com noções de interdependência e colaboração. Estou convencido de que podemos criar um conceito novo de segurança para um mundo em que não só a energia, mas também as ideologias sejam renováveis.

A globalização, que se instalou de maneira tão ampla na indústria, precisa chegar à agricultura.

Devemos, como sugeriu o nosso Diretor-Geral Jacques Diouf, encarar este momento, não como uma crise, mas como uma oportunidade. Uma oportunidade para estimular a agricultura em todos os países, em particular na África.

Sempre me considerei um otimista. Confio na capacidade da humanidade de aprender com novos desafios e criar novas soluções. Foi assim no passado. E estou convencido de que será assim agora. Basta que não façamos um diagnóstico equivocado do problema. Basta que não enveredemos por caminhos errados.

A solução não está em se proteger ou em tentar frear a demanda. A solução está em aumentar a oferta de alimentos, abrir mercados e eliminar subsídios de modo a atender à demanda crescente. E para isso é necessário uma mudança radical nas formas de pensar e atuar.

Rubens Ricupero*

Mesmo com a fartura de alimentos, há bocas passando fome. Como fechar essa conta?

A crise da comida é uma contradição: os preços explodem no momento em que a quantidade de alimentos por pessoa é 24% maior do que há 40 anos. A oferta de calorias diárias por habitante passou, nesse intervalo, de 2.360 para 2.803, enquanto a população saltava de 3 bilhões para 6 bilhões. A produtividade de cereais mais que dobrou: por hectare, subiu 150%.

Como explicar a disparada de preços se a oferta aumentou mais que a população? A primeira resposta é que boa parte dessa oferta está sendo disputada por gente que não participava do mercado por falta de renda. Em 1965, a porcentagem da população mundial que vivia em países com disponibilidade média de calorias abaixo de 2.200 era de 57%; agora, é de apenas 10%. A melhoria se concentrou na China, Índia, Brasil e Indonésia, quase metade da população do planeta.

Ainda sobraria muito alimento se uma proporção crescente não fosse desviada para biocombustíveis, em especial nos EUA. A responsabilidade do etanol de milho é clara. Até 2005, quando entrou em vigor a lei americana sobre o etanol, o preço da tonelada de milho era de US\$ 85. Em dois anos, pulou para US\$ 250.

A colheita de milho cresceu 24% em 2007 (330 milhões de toneladas), a maior desde 1933. No entanto, quase 25% se destinaram ao etanol, não à cadeia alimentícia. O aumento foi conquistado, em parte, em detrimento da soja e do trigo, que também encareceram em consequência.

Seria menor a pressão sobre alimentos se parcela substancial do etanol fosse importada do Brasil, onde o produto não concorre com comida (o açúcar é dos poucos alimentos cujo preço pouco mudou). Isso não ocorre porque o protecionismo leva os EUA a impor barreira de US\$ 0,51 sobre o galão (3,8 litros) do etanol importado (na Europa é pior: o imposto é de US\$ 0,70).

Em tese, preços altos deveriam induzir ao aumento da oferta e a alimentos mais baratos, o que, de fato, começa a ocorrer em certos casos. O preço do trigo, por exemplo, despencou 40% nos últimos dias, em relação ao pico de fevereiro. A lei do mercado, todavia, não funciona bem se há interferências oriundas de limites físicos à produção e de distorções de mercado e subsídios.

Os limites físicos resultam de três fatores: aquecimento global; degradação do solo e escassez de água; preço do petróleo e fertilizantes. Tome-se o caso do arroz, cujo preço explodiu 130% nos últimos meses. De dez anos para cá, a frequência dos grandes desastres naturais, em particular furacões, secas e inundações catastróficas, aumentou em média de 20 para 40 por ano. As principais zonas produtoras asiáticas foram afetadas por um ou outro desses desastres em 2007.

No caso da Austrália, a seca de seis anos provocou queda na colheita de arroz de 98%. Exigente em água, o arroz foi abandonado por muitos, que venderam os direitos de água, mais importantes que a terra naquele país. É provável que a queda de

* Diplomata. Foi ministro da Fazenda e secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento. Artigo publicado no Estado de S. Paulo em 4mai/08.

ARTIGO

Mais comida – e muito mais comensais

produção se torne permanente, pois a água foi para culturas mais rentáveis, como a da uva para vinho.

Por sua vez, a degradação dos solos, incluindo a erosão e perda de nutrientes, já está causando declínio de produção em 20% das terras cultiváveis, um quinto do total. Em áreas tropicais da África e América Central é muito mais grave, chegando a 70%. A migração para solos em declive acelera a degradação.

Quanto à água, 50 anos atrás se retirava dos rios para irrigação apenas um terço da quantidade atual. Do total da água doce utilizada, 70% vão para irrigação e são recuperados apenas entre 30% e 60%. Cada ano perde-se 1,5 milhão de hectares de solo devido à salinização, calculando-se que 45 milhões já tenham sido danificados. Ao mesmo tempo, 1,6 bilhão de pessoas sofrem de escassez de água.

Como se não bastassem os obstáculos ambientais devidos ao clima, ao solo e à água, o estrago recebeu contribuição apreciável da desvalorização do dólar e do aumento do petróleo. O efeito se manifestou, antes de tudo, nos preços dos fertilizantes, já pressionados pelo crescimento da demanda. Alguns dos adubos são derivados do petróleo e acusam o efeito de modo direto. Outros, como os fosfatos, provêm de poucas zonas produtoras. Resultado: os fertilizantes em 2007 aumentaram entre 100% e 200%. O petróleo, é óbvio, também encarece toda a cadeia de transporte de alimentos, de adubos, defensivos, etc.

Dentre as distorções econômicas, um fator típico do nosso tempo é a especulação dos fundos nos mercados de futuros, onde às vezes 40% dos contratos correspondem a esse tipo de manipulação financeira. As quantias movimentadas pelos fundos chegam, em certos casos, a dez vezes mais que os volumes físicos, negociando-se até os chamados “índices de volatilidade”.

Os subsídios, sob fogo cerrado há décadas, encontram na crise alívio inesperado. É que os estoques de cereais atingiram o nível mais baixo em 20 anos, caindo de 471 milhões para 428 milhões de toneladas. O clima só respondeu por 2% da redução total de 9%, o que vai permitir aos advogados dos subsídios dizerem que na época áurea das subvenções havia montanhas de cereais e lagos de leite.

De fato, no passado, os subsídios eram ligados à quantidade produzida: quanto mais produzia, mais ganhava o agricultor, sem se importar com o preço internacional, compensado pelos pagamentos do governo. A partir de 1992, começou-se, sobretudo na Europa (os americanos, após um bom início, foram no sentido oposto), a desvincular os subsídios da quantidade, pagando-se até ao agricultor para deixar a terra ociosa. Aos poucos as reservas minguaram até chegar ao perigoso limite atual.

É verdade que os estoques representavam uma válvula contra as quebras de colheita. Por outro lado, os excedentes eram escoados por meio de doações ou a preços simbólicos para países pobres, onde liquidavam a agricultura local e as agroindústrias de conservas. Criava-se dependência permanente de fornecimentos externos que podiam ser interrompidos a qualquer momento, como agora.

Toda vez que há pânico por falta de comida renasce a tese da auto-suficiência alimentar. Ela surgiu como medida de segurança após as duas guerras mundiais, pondo fim à era do comércio livre em alimentos, de 1870 a 1914. Essa foi a “era das vacas e do trigo” para a Argentina, 4ª potência econômica mundial no princípio do século 20.

ARTIGO

Mais comida – e muito mais comensais

Desde então, graças às barreiras aduaneiras e aos subsídios maciços, quase todos os países industriais, exceto o Japão, deixaram de ser importadores líquidos de alimentos e se transformaram em grandes exportadores subvencionados.

A auto-segurança alimentar será a nova arma do protecionismo para frear o avanço da liberalização nas negociações comerciais. Seus defensores buscarão assustar os países pobres importadores líquidos de alimentos com o fantasma do aumento dos preços agrícolas, que deverá, numa primeira hora, acompanhar a eliminação dos subsídios.

Não tardará muito para que a expansão da oferta supere alguns dos gargalos do momento, embora a pressão sobre os preços continue a se fazer sentir por obra de fatores como o petróleo, o dólar, os especuladores, os limites físicos ambientais. O real desafio será o de alimentar os 9,2 bilhões de indivíduos que deverão habitar a Terra em 2050.

Hoje em dia, a agricultura fornece 93% das proteínas e 98% das calorias, empregando 1,3 bilhão de pessoas. Calcula-se que o aumento da população e a melhora da dieta vão dobrar a demanda de carne e expandir em 75% a de cereais, provindo dos países em desenvolvimento três quartos do crescimento. Só de adubos, será preciso saltar dos 135 milhões de toneladas de 2000 para 190 milhões em 2030, o que significa gigantesca pressão sobre a limitada oferta de fertilizantes.

Não será menor a concorrência por solo e água entre plantas e animais. A fim de produzir 1 caloria de ovo ou leite, necessita-se de 4,5 calorias de plantas; para 1 caloria de carne bovina ou ovina, a necessidade é de 9 calorias vegetais.

A capacidade dos ecossistemas de que dependemos está sendo testada no limite. A área plantada, que era de 265 milhões de hectares em 1700, expandiu-se para cerca de 1,6 bilhão de hectares, com as pastagens chegando a 3,4 bilhões de hectares em 1995. A disponibilidade de terras aráveis é cada vez menor, a expansão tendo de ser feita à custa da destruição de florestas e aumento do risco de aquecimento global. Como resolver essa difícil equação?

Parte da resposta há de vir da tecnologia. A produtividade agrícola explodiu entre 1950 e 1995: multiplicada por 8, cresceu mais em 45 anos do que nos 9 mil anos entre a invenção neolítica da agricultura e a 2ª Guerra Mundial. O problema é que, desde 1980, os investimentos públicos em pesquisa, responsáveis pela revolução verde, pararam de crescer, cedendo espaço ao setor privado. A pesquisa passou a ser dominada pelas transnacionais de sementes e transgênicos, orientando-se mais pelo lucro.

A Embrapa, no Brasil, foi das poucas exceções. Mesmo aqui, boa parcela da pesquisa foi canalizada para a grande agricultura de exportação. O que não tem nada de errado nem surpreendente, pois empresas intensivas em capital dispõem de melhores condições para aplicar novas tecnologias. Contudo, será indispensável compensar tal vantagem econômica por uma atenção maior à pesquisa destinada à agricultura familiar e em pequena escala.

É esse tipo de agricultura que responde por importante proporção da produção de alimentos, no Brasil e no mundo. Em nosso país, alimentos básicos como o feijão e a mandioca não atraem os grandes grupos, concentrados na exportação (soja, suco de laranja, açúcar e etanol). Em tese, deveria existir não oposição, mas complementaridade entre as duas modalidades, como se vê na relação entre

ARTIGO

Mais comida – e muito mais comensais

esmagadores e fornecedores de laranja ou processadores e criadores de suínos e aves, embora haja sempre um diferencial de poder contratual em favor dos grandes.

A agricultura intensiva em capital e tecnologia dará contribuição de relevo na superação da crise de alimentos. Seria simplismo, no entanto, crer que terá o papel principal. A razão é simples: as áreas rurais onde vivem 75% dos pobres do mundo (90%, na África) não possuem renda para pagar o preço das importações. A solução só poderá vir do estímulo ao crescimento da produção de alimentos nessas próprias áreas, com apoio maciço em pesquisa, educação e investimentos em infra-estrutura. Como sucedeu sempre na história, a agricultura terá de dar de comer a todos e ser a alavanca do desenvolvimento dos países pobres.

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 48 conferências para debater políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)

PNAD 2006

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra avanços econômicos com melhoria dos indicadores sociais e padrões de consumo

Síntese do Suplemento Social da Pnad – IBGE (divulgado em 28mar/08)

- Analisa população atendida por programas e mede efeitos do Bolsa Família, BPC¹ e Peti² (além dos demais programas).
- Comparando-se dados de famílias com auxílio e famílias sem auxílio, é possível afirmar que:
 - Recursos chegaram efetivamente às famílias e regiões mais pobres.
 - Programas, com outras políticas, melhoraram condições de vida de famílias mais pobres.
 - Reforçaram-se incentivos para maior frequência escolar entre beneficiários.
 - Custo orçamentário do Bolsa Família permanece modesto, comparado a benefícios e resultados.

Melhora de indicadores econômicos e sociais

- Destaques no período 2003-2006
 - Renda média real aumentou 5,3%; desigualdade de renda pelo Índice de Gini caiu de 0,563 para 0,541 (o menor desde 1981).
 - Criadas 8,56 milhões de ocupações. Somente em 2006, foram 2,1 milhões, sendo 83% formais.
 - Taxa de desemprego diminuiu para 8,4% em 2006, menor nível desde 1998. Queda em todas as regiões.
 - Atual proporção de contribuintes para Previdência (48,8%) é a mais alta desde início dos anos 90.
 - Melhorou: abastecimento de água (83,2%), saneamento básico (70,6%), coleta de lixo (86,6%).
- Comparação 2005-2006: acesso a bens duráveis e serviços cresceu
 - Domicílios com geladeira (de 88% para 89,2%), máquina de lavar roupa (de 35,8% para 37,5%), televisão (de 91,4% para 93%) e computador (18,6% para 22,1%).
 - Atendidos por rede de energia elétrica (de 97,2% para 97,7%); telefonia (71,6% para 74,5%).
- Acesso à educação melhorou
 - Praticamente todas as crianças na escola (97,6%), na faixa 7-14 anos.
 - 5,9 milhões de estudantes universitários (+13,2% ante 2005).
 - Taxa de analfabetismo caiu de 10,2% para 9,6%, decrescendo em todas as regiões e em todas as faixas de idade.
- Trabalho infantil caiu, de 12,2% da população ocupada, para 11,5% em 2006 (5 a 17 anos).

¹ Benefício de Prestação Continuada.

² Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

ODM – RELATÓRIO 2007 – PNUD

Redução da desigualdade e melhor nível educacional e de saúde em 2007 atestam compromisso brasileiro com Objetivos do Milênio

Pobreza

- País ultrapassou meta de reduzir pela metade a pobreza extrema até 2015. Quase seis milhões de pessoas saíram da miséria entre 1992-2005.
- Desigualdade atingiu nível mais baixo da história em 2005.
- Desnutrição em crianças menores de um ano caiu para 2,4%, em 2006.

Educação

- Universalização do acesso à educação à população de 7 a 14 anos.
- Aumento do índice de conclusão da educação fundamental.
- Ampliação da taxa de alfabetização entre pessoas de 15 a 24 anos.

Igualdade de gênero

- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mortalidade infantil

- Redução da taxa de mortalidade infantil, especialmente na região Nordeste.

Saúde Materna

- Redução da mortalidade materna.

HIV/Aids, malária e outras doenças

- Estabilização da infecção pelo HIV (2000 a 2004).
- Redução da incidência de malária e de tuberculose em 2006.

Sustentabilidade ambiental

- Cumprida meta de diminuição do consumo de gás CFC (responsável pela destruição da camada de ozônio): queda acima de 90%, entre 1999-2006.
- Redução do desmatamento da Amazônia (44% entre 2003-2006).

Parceria Global

- 184 projetos e atividades em execução de cooperação técnica com países em desenvolvimento, em 2007.
- Desconto de US\$ 1,25 bi em dívidas de países menos desenvolvidos.
- O número de celulares atingiu 100 milhões de linhas e o de internautas 32,1 milhões, em 2005.

ATUALIZADO MENSALMENTE

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

JAN	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	05	09	07	04	09	06	03	08	05	03

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br

Reprodução total ou parcial permitida mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para “Destaques” em sítios web.

As edições anteriores poderão ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao